


INFORMS

**INFORMATIVO
MERCO SHIPPING**



**RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO**

**Edição 052/2021
Data: 09/04/2021**

ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

| | |
|---|-----------|
| A TRIBUNA DIGITAL (SP) | 4 |
| AUTORIDADE PORTUÁRIA REGISTRA LUCRO LÍQUIDO DE R\$ 202,5 MILHÕES | 4 |
| TERMINAL PORTUÁRIO RECEBE NOVO EQUIPAMENTO PARA MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS | 5 |
| ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS | 5 |
| REVOGAÇÃO DE MAIS DE 450 NORMATIVOS FAVORECE DESBUROCRATIZAÇÃO, AFIRMA EDUARDO NERY | 5 |
| PORTAL PORTO GENTE | 7 |
| UM NAVIO, MUITOS PROBLEMAS | 7 |
| ABOL – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE OPERADORES LOGÍSTICOS | 7 |
| SENADO ANEXA PLEITOS DE ASSOCIAÇÕES SOBRE REPORTO E CONTRATAÇÃO DE MARÍTIMOS AO PL DA CABOTAGEM | 8 |
| O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP | 9 |
| ARRENDAMENTO DE CINCO TERMINAIS PORTUÁRIOS GARANTIRÁ MAIS DE R\$ 600 MILHÕES EM INVESTIMENTOS | 9 |
| BRASIL AUMENTOU EXPORTAÇÃO DE VEÍCULOS NO TRIMESTRE..... | 10 |
| CHINA QUER PRODUTOS DO AGRO DO BRASIL DE MAIOR VALOR, ALÉM DE GRÃOS..... | 10 |
| ISTOÉ - DINHEIRO | 11 |
| PETROBRAS REDUZ DIESEL EM 3,3% NAS REFINARIAS; MANTÉM GASOLINA..... | 11 |
| MERKEL QUER ASSUMIR CONTROLE DA LUTA CONTRA PANDEMIA NOS ESTADOS ALEMÃES..... | 13 |
| CHINA ELEVA PREVISÃO DE IMPORTAÇÃO DE MILHO EM 2020/21 A 22 MI T | 14 |
| MONEYTIMES | 14 |
| WILSON SONS TEM ALTA DE 1% NO VOLUME DE CONTÊINERES EM MARÇO | 14 |
| GUEDES DIZ QUE CÂMBIO DE EQUILÍBRIO É DE R\$ 4,50 E VÊ VALORIZAÇÃO DO REAL COM RETOMADA | 15 |
| EXTRA ONLINE | 15 |
| PRESIDENTE DO BC REAFIRMA INTENÇÃO DE ELEVAR JURO, NO DIA EM QUE INFLAÇÃO SUPERA TETO DA META | 15 |
| ORÇAMENTO: GUEDES ADMITE ERRO DA EQUIPE ECONÔMICA, MAS CONSIDERA DIVERGÊNCIAS NORMAIS: 'O PAU COME, É DO JOGO' | 17 |
| AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS | 19 |
| DISTRIBUIDORAS DEFENDEM INTEGRAÇÃO DE GÁS COM TÉRMICAS, APÓS SANÇÃO DE NOVO MARCO | 19 |
| TOTAL ANUNCIA PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEL DE AVIAÇÃO 100% RENOVÁVEL | 20 |
| COM DIVERSIFICAÇÃO DE OPERADORAS, UPSTREAM BRASILEIRO TERÁ NOVOS DESAFIOS, POR HENRIQUE JAGER E JOÃO MONTENEGRO | 21 |
| JORNAL O GLOBO – RJ | 23 |
| BOLSONARO ENTRA NA ARTICULAÇÃO POLÍTICA PARA RESOLVER IMPASSE DO ORÇAMENTO..... | 23 |
| CONTRA GUEDES, CONSULTORIAS DO CONGRESSO DIZEM QUE BOLSONARO PODE SANCIONAR ORÇAMENTO SEM VETOS..... | 25 |
| SEMANA DE LEILÕES DE CONCESSÕES TERMINA COM R\$ 10 BI EM INVESTIMENTOS CONTRATADOS E R\$ 3,5 BI EM OUTORGAS..... | 26 |
| BOLSONARO E MINISTRO DAS COMUNICAÇÕES FAZEM PRIMEIRA LIGAÇÃO VIA 5G DO PAÍS | 27 |
| O ESTADO DE SÃO PAULO - SP | 28 |
| TARCÍSIO FREITAS É FESTEJADO POR LEILÕES E DISTÂNCIA DE POLÊMICAS DO CHEFE | 28 |
| LIMINAR DE BARROSO PROVOCA MAL-ESTAR, E MINISTROS SE DIVIDEM SOBRE DECISÃO QUE OBRIGOU ABRIR CPI | 29 |
| ECONOMIA APRENDEU A CONVIVER COM A PANDEMIA, DIZ PRESIDENTE DO BANCO CENTRAL | 31 |
| GOVERNO ARRECADA MAIS R\$ 216 MILHÕES COM LICITAÇÃO DE ÁREAS PORTUÁRIAS..... | 31 |
| VALOR ECONÔMICO (SP) | 32 |
| EMPRESAS SE UNEM PARA COMBATER PANDEMIA | 33 |
| FLÓRIDA PROCESSA GOVERNO BIDEN PARA RETOMAR VIAGENS COM CRUZEIROS | 33 |
| SANTOS BRASIL SE SOBRESSAI EM LEILÃO DE 5 TERMINAIS PORTUÁRIOS | 34 |
| GOVERNO LANÇA PROJETO EM PARCERIA COM A OCDE PARA ACIRRAR CONCORRÊNCIA NA AVIAÇÃO E PORTOS | 35 |
| LEILÃO DE TERMINAIS PORTUÁRIOS E A INFLAÇÃO NO BRASIL: AS NOTÍCIAS MAIS QUENTES DO DIA | 36 |
| GERDAU VENCE NO TRF DISPUTA SOBRE ÁGIO | 37 |
| GOVERNO ESTUDA CONCESSÃO DE CORREDOR FICO-FIOL | 38 |
| PORTAL PORTOS E NAVIOS | 39 |
| REVOGAÇÃO DE MAIS DE 450 NORMATIVOS FAVORECE DESBUROCRATIZAÇÃO, AFIRMA EDUARDO NERY | 39 |
| SANTOS BRASIL ARREMATAS 3 DAS 4 ÁREAS PARA COMBUSTÍVEIS EM ITAQUI..... | 41 |



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOSHIPPING

Edição: 052/2021
Página 3 de 45
Data: 09/04/2021
www.mercoshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

| | |
|--|-----------|
| PORTOS DO RIO MOVIMENTAM MAIS 23,5% NO PRIMEIRO BIMESTRE | 41 |
| TCU PUNE IRREGULARIDADES EM CONTRATO NO PORTO DE SANTOS | 44 |
| MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA | 45 |
| MERCO SHIPPING DISPONIBILIZA O INFORMS TAMBÉM ATRAVÉS DE RSS | 45 |



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

AUTORIDADE PORTUÁRIA REGISTRA LUCRO LÍQUIDO DE R\$ 202,5 MILHÕES

Segundo a estatal, resultado foi obtido com redução de gastos e despesas, além de revisão de processos

Da Redação



[https://www.atribuna.com.br/image/contentid/policy:1.83644:1578936698/Porto-de-Santos.JPG?f=2x1&\\$p\\$f=77b77cf&q=0.8&w=1500&\\$w=f075b93](https://www.atribuna.com.br/image/contentid/policy:1.83644:1578936698/Porto-de-Santos.JPG?f=2x1&pf=77b77cf&q=0.8&w=1500&$w=f075b93)

Marca representa uma alta de 132% sobre o lucro registrado em 2019 (Sílvio Luiz)

Ações de otimização de gastos, revisão de processos e redução de despesas resultaram no lucro líquido de R\$ 202,5 milhões, alcançado pela

Autoridade Portuária de Santos (APS), em 2020. A marca histórica da estatal que administra o cais santista, representa uma alta de 132% sobre o lucro registrado em 2019, que foi de R\$ 87,3 milhões - antes de ajustes de anos anteriores.

Esta é a primeira vez que a APS apura dois anos consecutivos no azul desde 2014. No ano passado, a receita líquida cresceu 15%, para R\$ 1,1 bilhão, impulsionada pelo desempenho do agronegócio nacional, o que proporcionou novo recorde histórico de movimentação de cargas, avançando 9,4% em relação ao ano anterior e alcançando 146,6 milhões de toneladas.

De acordo com os dados divulgados pela empresa, as despesas administrativas recorrentes tiveram queda de 16% na base anual. Já os custos operacionais recorrentes cresceram 4,2%, abaixo do incremento verificado nas receitas, o que resultou em ganho de 1,6 ponto percentual na relação custos/receita líquida, indicando maior eficiência operacional.

O lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês), ajustado por eventos extraordinários, avançou 48,8% e alcançou R\$ 502,7 milhões, margem de 47,5%, um crescimento de 12,6 pontos percentuais em relação ao ano anterior.

“O resultado reflete o turnaround iniciado em 2019 para assegurar o equilíbrio econômico e financeiro da Companhia, possibilitando, além da resolução de passivos históricos, como o equacionamento do déficit atuarial do plano de pensão, o fortalecimento do caixa da Companhia para viabilizar a melhoria contínua dos serviços e a realização dos investimentos indispensáveis para a sustentabilidade do principal ativo portuário nacional”, afirmou o diretor-presidente da estatal, Fernando Biral.

Leilões

No ano passado, foram realizados os leilões para arrendamento de dois terminais (STS 14 e STS 14A) destinados à movimentação e armazenagem de carga geral, especialmente celulose, na Ponta da Praia. Os terminais demandarão investimentos mínimos de aproximadamente R\$ 380 milhões e renderão um total de R\$ 505 milhões em outorgas que foram para o caixa da Autoridade Portuária.

Além disso, em 2020 foi aprovado o novo Plano de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ), que estabelece o foco de ocupação das áreas públicas pelos próximos 20 anos.

O diretor de Administração e Finanças da Autoridade Portuária, Marcus Mingoni, destaca que a empresa se manterá “focada na continuidade da transformação cultural da empresa, com foco em

governança e eficiência, por meio, sobretudo, da realização de investimentos que viabilizem o aumento de receitas e a revisão contínua dos processos e contratos em busca de racionalizações”.

Fonte : A Tribuna Digital - SP

Data : 09/04/2021

TERMINAL PORTUÁRIO RECEBE NOVO EQUIPAMENTO PARA MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS

Com ele, Termag prevê ampliar a descarga de fertilizantes na Margem Esquerda, em Guarujá

Da Redação



[https://www.atribuna.com.br/image/contentid/policy:1.152984:1617916338/Terminal-portuario-recebe-novo-equipamento-para-movimentac-o-de-cargas.png?f=3x2&q=0.9&w=700&\\$p\\$f\\$q\\$w=d579256](https://www.atribuna.com.br/image/contentid/policy:1.152984:1617916338/Terminal-portuario-recebe-novo-equipamento-para-movimentac-o-de-cargas.png?f=3x2&q=0.9&w=700&pfqw=d579256)

Equipamento terá como foco as operações de descarga de fertilizantes (Foto: ATribuna.com.br)

O Terminal Marítimo do Guarujá (Termag), que fica na Margem Esquerda do Porto de Santos, recebeu um novo equipamento para movimentação de cargas. Ele será utilizado nos próximos meses e terá como foco as operações

de descarga de fertilizantes.

De acordo com a Bunge, o Termag passa por adequações em sua estrutura. Assim, a instalação do equipamento deve ser concluída em cerca de três meses.

A expectativa da Bunge é de que, com o equipamento, seja possível ampliar a capacidade de movimentação de fertilizantes no Termag. A previsão é de que ele comece a operar em julho.

A carga chegou ao Porto de Santos a bordo do navio Zhen Hua 28, de bandeira de Hong Kong. A embarcação, que tem 232 metros de comprimento e boca (largura) de 42 metros, atracou no terminal no final da manhã, de acordo com a Praticagem de São Paulo.

A viagem foi longa, já que a cara teve como origem o porto de Xangai, na China. No total, o trajeto foi feito em 1 mês e 16 dias, segundo o Marine Traffic.

A embarcação chamou a atenção de quem passava pela orla. Isto porque, além da encomenda para a Bunge, o Zhen Hua tinha outros três portêineres a bordo. Tratam-se de equipamentos utilizados para embarcar contêineres em navios. Porém, eles não têm o Porto de Santos como destino e apenas passaram pelo cais santista.

Fonte : A Tribuna Digital - SP

Data : 09/04/2021



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

REVOGAÇÃO DE MAIS DE 450 NORMATIVOS FAVORECE DESBUROCRATIZAÇÃO, AFIRMA EDUARDO NERY

Diretor-geral da ANTAQ destacou esse ponto durante lançamento do Projeto de Avaliação Concorrencial nos Setores de Portos e Aviação Civil no Brasil pelo Cade

A partir do Decreto nº 10.139 de 2019, foram revogadas mais de 450 normas e resoluções da ANTAQ, racionalizando os dispositivos infralegais do setor regulado. Foi o que informou o diretor-

geral da Agência, Eduardo Nery, nesta quinta-feira (8), durante lançamento do Projeto de Avaliação Concorrencial nos Setores de Portos e Aviação Civil no Brasil pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), em parceria com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Nery destacou outras medidas que estão em curso para aumentar a desburocratização, entre elas a mensuração do fardo regulatório, que visa aperfeiçoar a gestão do estoque de normas da ANTAQ; e a análise do custo regulatório para o setor.

O diretor-geral afirmou, ainda, que a edição da Lei 14.047, de 2020 estabeleceu novos e modernos alicerces para o setor portuário. “Nesse sentido, vale destacar a possibilidade de celebração de contratos de uso temporário, instituto regulamentado pela Agência desde 2011, mas que teve sua aplicação suspensa por decisão judicial. A partir da edição da lei, a administração do porto organizado poderá pactuar com o interessado na movimentação de cargas com mercado não consolidado o uso temporário de áreas e instalações portuárias localizadas na poligonal do porto organizado, dispensada a realização de licitação. O contrato de uso temporário terá o prazo improrrogável de até 48 meses.”

Conforme ressaltou Nery, “a lei também consagrou em seu texto a máxima já adotada pela ANTAQ, que é a prática do preço livre no setor. Dessa forma, a atuação da Agência segue a diretriz, agora legal, de que a intervenção regulatória em preços deve ocorrer em casos concretos, quando identificadas situações que configurem abuso econômico”. O diretor-geral afirmou que a regulação responsiva é um consenso entre as agências reguladoras. “Precisamos acabar com essa cultura de burocracia, com esse excesso de amarras que só prejudica o setor.”

Eduardo Nery se diz otimista em relação desenvolvimento dos portos e da navegação no Brasil. Citou que em 2020 a movimentação do setor portuário nacional cresceu 4% em comparação com 2019, mesmo em um cenário de pandemia. Lembrou também que nesta sexta-feira (9) haverá o leilão de quatro áreas no Porto do Itaqui (MA) e uma área no Porto de Pelotas, que trará mais investimentos privados, mais renda e mais emprego para o país.

Projeto

O Projeto de Avaliação Concorrencial nos Setores de Portos e Aviação Civil no Brasil tem como objetivo analisar as políticas públicas existentes nos referidos setores para identificar eventuais restrições desnecessárias à concorrência e, assim, propor políticas alternativas que favoreçam o ambiente competitivo nesses mercados.

Para o diretor-geral da ANTAQ, “o projeto não poderia vir em melhor hora, uma vez que encontra reflexo em um conjunto de medidas que já vem sendo adotadas no país com vistas a garantir que a regulamentação do setor se adeque ao seu propósito e contribua para a competitividade internacional do Brasil”.

Conforme Nery, o resultado do trabalho que será desenvolvido contribuirá para elevar o nível da regulação econômica dos setores e estabelecer a segurança jurídica, permitindo incrementar ainda mais a competitividade dos portos públicos brasileiros, auxiliando também no processo de concessão desses portos. “Como decorrência da iniciativa, esperamos maior atração de investimentos no setor como um todo, incluindo os investimentos realizados nos terminais de uso privado”, afirmou.

O diretor-geral frisou que a ANTAQ espera contribuir com o projeto, bem como com o trabalho de revisão da reforma regulatória. “A ANTAQ, assim como o Cade, possui um corpo técnico de qualidade reconhecida pelo setor em que atua, reconhecimento conquistado diuturnamente por meio de uma atuação em âmbito nacional, que considera as especificidades dos serviços prestados e da infraestrutura alocada em cada região do país”, afirmou Nery, concluindo que a aproximação institucional da ANTAQ com o Cade e a OCDE é profícua, principalmente nos projetos que envolvem concorrência e regulação.

Fonte : ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários
Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ
Fone: (61) 2029-6520

FAX: (61) 2029-6517
E-mail: asc@antaq.gov.br
Data : 09/04/2021



PORTAL PORTO GENTE

UM NAVIO, MUITOS PROBLEMAS

Assessoria de Comunicação

Como evitar impactos como os causados pelo navio Evergiven no Canal de Suez no transporte marítimo de cargas

Principal fato do comércio internacional dos últimos dias, o bloqueio do Canal de Suez pelo supertanque Evergiven causou enormes transtornos em uma das principais rotas do transporte marítimo mundial. Foram mais de 400 navios parados por seis dias na entrada do estreito que divide a África do Oriente Médio até a conclusão da operação de desengancho da embarcação.

Entre os principais impactos causados para as operações de comércio internacional que envolvem o transporte marítimo, o frete para a China quintuplicou, segundo o trader de commodities e sócio da Raad International Trading, Thomas Raad. “Os negócios futuros envolvendo cargas de grandes quantidades como frango, carne bovina, soja, milho terão impacto direto nos preços durante alguns meses”, enfatiza.

Embora o incidente tenha ocorrido na região, Raad afirma que o Oriente Médio não sofreu ou se sofreu foi muito pouco um impacto tão grande nos preços tanto de produtos quanto de fretes em função dos operadores marítimos utilizarem outras rotas. “Estou cotando frete para os destinos que sempre vendo, Jebel Ali, Jeddah, Doha mas os preços ainda estão dentro do normal. Talvez o transit time aumente. Depende dos operadores de transporte marítimo e donos de navios. São várias rotas que podem ser feitas, por exemplo, uma operadora pode preferir ir para a Espanha primeiro ou para a Itália para depois ir para o Oriente Médio. Já outra pode preferir ir para a África primeiro para depois subir”, exemplifica.

Entretanto, no caso do incidente com o Evergiven, Raad afirma que não há o que fazer. “A recomendação para o importador é sempre colocar a carga no seguro. Se uma empresa está importando do Brasil para a China ou Dubai, por exemplo, deve segurar a mercadoria porque é um valor muito insignificante em relação ao total da carga. Muitas empresas com as quais já fiz negócio não colocaram seguro na carga. É a famosa economia burra”, critica.

Raad cita o caso de um importador do Líbano que quando a carga chegou ao porto, o piso do contêiner estava todo molhado e o café que ele importou pegou mofo, tendo perda parcial da carga. E não tinha seguro. “Foi um dinheirão jogado fora e não adianta reclamar porque essas empresas donas dos navios são multibilionárias e não fazem nada, não adianta nem tentar processar”, adverte.

Como a responsabilidade de contratar seguro para a carga é toda do importador, Raad ressalta que sempre orienta os clientes a fazer, até para evitar problemas como o que aconteceu no Canal de Suez.

Fonte : Portal Porto Gente
Data : 09/04/2021



ABOL – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE OPERADORES LOGÍSTICOS

SENADO ANEXA PLEITOS DE ASSOCIAÇÕES SOBRE REPORTO E CONTRATAÇÃO DE MARÍTIMOS AO PL DA CABOTAGEM

A secretaria legislativa do Senado Federal anexou ao projeto de lei da cabotagem (PL 4.199/2020) cópias de um ofício do Sindicato Nacional dos Condutores da Marinha Mercante e Afins (Sincomam) relacionadas à contratação de tripulação de marítimos brasileiros em navios estrangeiros, além de cartas da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (ABDIB) e da Associação Brasileira da Indústria Ferroviária (Abifer) com outras entidades que defendem a renovação do Reporto (Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária), incentivo especial para compra de equipamentos de movimentação portuária que perdeu sua vigência no final do ano passado.

O ofício dos condutores de máquinas alertou, em 2020, que o projeto autoriza que os profissionais marítimos brasileiros sejam subordinados às normas internacionais no que se refere às relações de trabalho, desconsiderando a consolidação das leis do trabalho (CLT) e os instrumentos coletivos de trabalho. O argumento é que a cobertura da legislação nacional é importante para evitar um eventual aumento do desemprego, bem como amparar os marítimos brasileiros porque organismos internacionais não praticam as condições mencionadas nos acordos coletivos de trabalho pactuados pelos sindicatos marítimos.

Na contribuição, o Sincomam sugere que as embarcações estrangeiras afretadas tenham a obrigatoriedade de tripular suas embarcações com 100% de brasileiros. Na ocasião, pediu que a tripulantes brasileiros contratados para embarcações estrangeiras afretadas sejam aplicáveis as normas da legislação brasileira (CLT), por meio de acordo coletivo de trabalho ou em consonância com a Constituição, considerando que as embarcações estarão em águas jurisdicionais brasileiras, com tripulação brasileira.

Uma das alegações é que, enquanto no Brasil o mercado pratica um regime de um mês embarcado por um mês de folga, é comum nos navios de outras bandeiras a prática de seis meses embarcado por um mês de folga. De acordo com o Sincomam, são tripulantes filipinos, croatas, indianos e de outras nacionalidades que vivem sem direitos trabalhistas e sem vínculo empregatício, o que se aproximaria de uma situação de escravidão.

A Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (ABDIB), entidade que congrega empresas públicas e privadas, foi uma das entidades que pediu a votação do PL 4199/2020 no plenário do Senado, mantendo no texto a previsão do Reporto por um ano, conforme aprovado no plenário da Câmara dos Deputados, ou ajuste da vigência para 12 meses a contar da vigência da lei. A associação destacou a urgência e relevância da votação do PL 4199/2020 no plenário do Senado, não só porque tramita em regime de urgência constitucional, mas pela dimensão dos impactos negativos experimentados pelos setores envolvidos com a não deliberação do projeto.

A Abdib mencionou que os setores portuário e ferroviário vivem um momento crucial de investimentos vultosos e que os prejuízos serão de operadores logísticos e dos usuários dos sistemas de transporte, com reflexos negativos para o agronegócio. “Sem o Reporto, toda a carteira de investimentos já em andamento está sendo afetada, tendo em vista sua consideração nos atuais contratos e projetos, ensejando reequilíbrio econômico-financeiro e fatalmente acarretando a redução significativa dos investimentos a serem realizados”, informou na carta a Abdib.

Representantes de terminais portuários estimam que o Reporto, dependendo do equipamento, pode reduzir em até 40% o custo de aquisição. No setor ferroviário, considerando as atuais concessões em vias de prorrogação antecipada, as entidades estimam que o Reporto vai permitir manter o custo dos investimentos aproximadamente em R\$ 3,2 bilhões mais barato em cinco anos, resultado da diferença de tributos incidentes sobre os investimentos potencialmente beneficiados. “Sem o Reporto, os projetos ficarão pelo menos R\$ 3,2 bilhões mais caros nos próximos cinco anos e quase R\$ 7,9 bilhões mais caros levando em conta os anos seguintes”, apontou a ABDIB na carta.

Pleito semelhante, prevendo renovação de um ano dentro do PL da cabotagem, foi apresentado em carta conjunta que inclui entidades como: Associação Brasileira da Indústria Ferroviária (Abifer); Associação Brasileira dos Terminais de Contêineres (Abratec); Associação Brasileira de Terminais de Líquidos (ABTL); Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ABTP); Associação Brasileira de Terminais e Recintos Alfandegados (ABTRA), Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários (ANTF); Associação de Terminais Portuários Privados (ATP); e Federação Nacional das Operações Portuárias (Fenop).

Paralelamente, uma coalizão formada por seis entidades do setor portuário, que levaram a discussão à presidência da República e aos ministérios da Infraestrutura e da Economia, sugeriu que a prorrogação ocorra por meio de uma medida provisória, com validade de cinco anos. O PL da cabotagem (4.199/2020), aprovado em dezembro do ano passado pela Câmara dos Deputados, entrou na ordem do dia no Senado em março e, no próximo dia 24 de abril, caso não seja votado, começará a obstruir a pauta.

Fonte : ABOL - Associação Brasileira de Operadores Logísticos

Data : 09/04/2021



O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP

ARRENDAMENTO DE CINCO TERMINAIS PORTUÁRIOS GARANTIRÁ MAIS DE R\$ 600 MILHÕES EM INVESTIMENTOS

Informação: Guia Marítimo (9 de abril de 2021)

O Ministério da Infraestrutura, por meio da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), vai realizar, nesta sexta-feira (9), o arrendamento de cinco terminais portuários: quatro no Porto do Itaqui (IQI03, IQI11, IQI12 e IQI13), no Maranhão, e um no Porto de Pelotas (PEL01), no Rio Grande do Sul. Com os arrendamentos, a expectativa é que sejam atraídos R\$ 612 milhões em investimentos e gerados 9.708 empregos. Os leilões ocorrerão na sede da B3, em São Paulo, a partir das 15h.

“Os arrendamentos desses terminais mostram o potencial do setor portuário e sua capacidade de crescimento na movimentação de cargas, especialmente no agronegócio. Também mostra a capacidade do Brasil de realizar leilões importantes no segmento, mesmo em momentos de crise. Estamos fazendo nossa parte para aumentar a competitividade do setor portuário e reduzir custos logísticos do país”, avalia o ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas.

Os terminais portuários IQI03, IQI11, IQI12 e IQI13, localizados no Porto do Itaqui, são destinados ao armazenamento de grãos líquidos. Suas áreas possuem oito tanques para armazenamento de derivados de petróleo, sendo essa a principal carga do porto, movimentando 5,9 milhões de toneladas e com previsão de alcançar 17,9 milhões em 2060 (Plano Mestre, 2016). O complexo funciona como um hub de distribuição para as regiões Norte e Nordeste, atendendo Maranhão, Tocantins, Pará e Mato Grosso, além de outros estados próximos por navegação de cabotagem. Os investimentos totais previstos com os arrendamentos destes terminais são da ordem de R\$ 596 milhões.

Já o terminal PEL01, localizado no Porto de Pelotas, no Rio Grande do Sul é o único operador portuário com vocação para movimentação de toras de madeira na região, constituindo importante elo da cadeia logística da produção de celulose. Os investimentos previstos com seu arrendamento são de R\$ 16 milhões. Os cinco terminais portuários se somam a outros 20 leiloados desde 2019. Já foram contratados R\$ 10 bilhões para o setor, que, mesmo em ano de pandemia, cresceu 4,2% em 2020.

INFRA WEEK – Os arrendamentos dos terminais portuários encerram a Infra Week, que durante uma semana promoveu uma série de leilões, passando para as mãos da iniciativa privada, de uma só vez, 28 empreendimentos, entre aeroportos, portos e ferrovia, garantindo o aporte de pelo menos



R\$ 10 bilhões em investimentos no Brasil e gerando mais de 200 mil empregos, de forma direta, indireta e efeito-renda.

TRANSMISSÃO – O leilão de arrendamento dos terminais terá transmissão pelo canal oficial da Antaq no YouTube. Tendo em vista as medidas sanitárias adotadas em decorrência da pandemia de Covid-19, o acesso físico ao local da sessão será restrito aos proponentes e participantes previamente inscritos.

Fonte : O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data : 09/04/2021

BRASIL AUMENTOU EXPORTAÇÃO DE VEÍCULOS NO TRIMESTRE

Informação: ANBA (9 de abril de 2021)

São Paulo – A indústria automotiva brasileira aumentou em 7,6% as exportações de veículos nos três primeiros meses deste ano em relação ao mesmo período do ano passado, segundo dados divulgados nesta quarta-feira (07) pela Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea).

O Brasil exportou um total de 95,8 mil de unidades de janeiro a março, incluindo veículos leves, caminhões e ônibus. Quase que a totalidade exportada foi de veículos leves, com 89,6 mil unidades. Em caminhões foram 5,2 mil unidades vendidas ao exterior e em ônibus 845.

A produção brasileira de veículos fechou o primeiro trimestre em 597,8 mil unidades, das quais 197 mil foram produzidas em março, que ficou caracterizado como o melhor mês do ano até agora. O aumento na produção trimestral foi de 2%, impulsionado principalmente pelos resultados de caminhões e comerciais leves.

Já as vendas de veículos no mercado brasileiro foram denominadas como “frustrantes” pela Anfavea. Foram 527,9 mil unidades licenciadas, uma queda de 5,4% sobre os mesmos meses de 2020. Além disso, houve retração de 23% sobre o último trimestre do ano passado, freando a recuperação, o que causou preocupação no segmento.

Fonte : O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data : 09/04/2021

CHINA QUER PRODUTOS DO AGRO DO BRASIL DE MAIOR VALOR, ALÉM DE GRÃOS

Informação: Brasilagro (9 de abril de 2021)

Em 2020, apesar da pandemia, as exportações agrícolas brasileiras subiram quase 10%, e atingiram US\$ 34 bilhões, disse Wanming – Foto: Divulgação

O governo chinês está ciente das preocupações brasileiras para elevar o valor agregado de suas exportações para a China, enquanto o país asiático “está pronto” a trabalhar para que este objetivo seja alcançado, disse hoje (8) o embaixador da China no Brasil, Yang Wanming.

“Não se trata apenas de uma lição de casa brasileira, mas uma das prioridades para a nossa cooperação, para colocar a parceria em outro patamar”, disse o embaixador, durante evento online promovido pela revista Exame.

O Brasil, que tem na China o maior mercado para exportações de produtos agrícolas, principalmente soja, açúcar e carnes, poderia aumentar embarques de itens de maior valor agregado e processados, incluindo mais proteínas animais, frutas e café, acrescentou a autoridade.

O embaixador disse ainda que o país asiático está expandindo suas importações de matérias-primas de ração animal, como o milho, afirmando que o Brasil – que praticamente não vende o cereal aos chineses – poderia iniciar o comércio para “crescer ainda mais”. Em 2020, apesar da pandemia, as exportações agrícolas brasileiras subiram quase 10%, e atingiram US\$ 34 bilhões, disse Wanming.

O Brasil, maior produtor e exportador global de soja, quer exportar, além do grão, o farelo de soja, embora o produto não tenha sido mencionado pela autoridade que responde ao maior importador mundial da oleaginosa. Wanming disse apenas que as empresas chinesas “estão otimistas com o futuro do investimento na área agrícola do Brasil”, para se aproveitar da competitividade do agronegócio brasileiro.

“O custo da mão de obra está cada dia mais elevado, e os empresários têm cada vez mais desejo de importar produtos de valor agregado ou processado, e não somente matérias-primas, e também têm interesse ainda maior para fazer investimentos no mercado exterior”, completou.

Segundo ele, à medida que o PIB per capita da China cresce, o Brasil deveria “aproveitar essas oportunidades para atrair mais investimentos de chineses no setor de processamento de produtos agrícolas, para elevar o valor agregado dos produtos exportados à China”.

Yang lembrou que a gigante agrícola do país, a Cofco, já investiu quase US\$ 5 bilhões no Brasil, incluindo projetos como terminais portuários, silos e processadoras de soja, sendo atualmente a quarta maior exportadora de grãos brasileiros.

O embaixador comentou ainda que, com a sofisticação da dieta chinesa em momento em que a renda cresce, há potencial para o aumento do consumo per capita de carne bovina pelos asiáticos, ainda relativamente baixo para esta proteína.

“Mesmo assim, já somos os maiores importadores mundiais de carne bovina. À medida que a dieta se sofisticada, o consumo de carne bovina dobrará nos próximos anos. Como fornecedor estável, o Brasil também verá suas vendas crescerem de forma constante”, disse. O Brasil, além de principal exportador global de carne bovina, é líder em frango.

Ele comentou que a China comprou 11,3 milhões de toneladas de milho no ano passado, mais do que o dobro ante 2019, e quase nada do Brasil. “Estima-se nos próximos anos que as importações de milho vão superar a marca de 30 milhões de toneladas”, comentou, sinalizando que os brasileiros poderiam avançar neste mercado.

A autoridade disse também que outro segmento com grande potencial é o de frutas, e que o país asiático está disposto a expandir a lista para abacate e limão, após abrir compras de melão brasileiro. Com consumo relativamente baixo de café, o embaixador também vê o Brasil ganhando este mercado na China.

“O café está conquistando a cada dia os jovens chineses, de maneira que o consumo cresce quase 20% ao ano, muito acima da média mundial de 2% ao ano... Ao Brasil, maior produtor e exportador, basta se valer da estratégia de marketing adequada, e o café brasileiro certamente ocupará uma fatia maior na China.”

Tal como nas frutas e no milho, a participação do café brasileiro no total importado pelos chineses é pequena perto da capacidade de exportação do Brasil desses produtos.

Fonte : O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data : 09/04/2021

ISTOÉ Dinheiro

ISTOÉ - DINHEIRO

PETROBRAS REDUZ DIESEL EM 3,3% NAS REFINARIAS; MANTÉM GASOLINA

Por Marta Nogueira

RIO DE JANEIRO (Reuters) – A Petrobras anunciou redução de cerca de 3,3% no preço médio do diesel nas refinarias a partir de sábado, para 2,66 reais por litro, informou a petroleira em comunicado nesta sexta-feira, indicando manutenção do valor da gasolina.

Esta é a segunda vez que a companhia reduz o valor médio do diesel vendido às distribuidoras neste ano, mas o combustível da estatal ainda assim tem alta de mais de 30% no ano, com a cotação ficando agora perto da paridade de importação, segundo analistas. Em 25 de março, a petroleira havia reduzido em 4% o valor médio do combustível fóssil.

A Petrobras reafirmou em nota que suas cotações buscam equilíbrio com o mercado internacional e acompanham as variações do valor dos produtos e da taxa de câmbio, para cima e para baixo. Ao mesmo tempo, a empresa comentou que o seu sistema “evita o repasse imediato da volatilidade externa para os preços internos”.

“Mais recentemente, pode-se citar o bloqueio do Canal de Suez, cujo efeito sobre os preços internacionais não impactou os preços de combustíveis no Brasil”, disse a empresa.

A estatal frisou ainda que seus ajustes nas refinarias têm influência limitada sobre os preços percebidos pelos consumidores finais. Os valores nas bombas ainda são impactados por fatores como impostos, mistura de biodiesel e margens das distribuidoras e revendedoras.

“Na nossa visão esse reajuste de 8 centavos é um complemento do saldo que ficou da última movimentação de preços, de 25 de março, quando a Petrobras fez uma movimentação”, disse o sócio da Raion Consultoria, Eduardo Melo.

“Anterior a isso, houve uma queda muito brusca de preços do barril do petróleo e do câmbio e isso fez com que abrisse um espaço para movimentação maior de preço. A gente entende que a Petrobras agora repassou esse saldo, e aí sim os preços estão em um alinhamento com os internacionais.”

O chefe da área de óleo e gás da consultoria INTL FCStone, Thadeu Silva, no entanto, considera que há ainda uma pequena janela para reduzir preços, mas que o movimento está em linha com a política da empresa.

“Houve uma acomodação no mercado internacional... já dava para dar essa redução junto com a última, a Petrobras esperou um pouco para ver”, afirmou.

Apesar do corte anunciado nesta sexta-feira, o valor do diesel nos pontos de venda da Petrobras acumulam alta de aproximadamente 32%.

Já a gasolina ainda tem aumento de quase 41% frente aos valores praticados no início de 2021.

Nos postos de combustíveis, enquanto isso, o valor para os consumidores tem mantido tendência de elevação, mesmo depois do corte pela Petrobras nos valores da gasolina no mês passado.

Levantamento da Ticket Log apontou alta de 9,39% em março ante o mês anterior, para 4,487 reais por litro.

TENDÊNCIA ALTISTA

O corte de preço vem em um momento em que crescem os temores relacionados a uma alta mais importante de preços de diesel nos postos de combustíveis no Brasil a partir de maio, devido a uma tendência altista para o biodiesel misturado no diesel vendido nos postos e por uma perspectiva de que haja retorno da cobrança de PIS/Cofins sobre o combustível.

Na terça-feira, a reguladora ANP suspendeu etapa 3A do 79º Leilão de Biodiesel, que visa abastecer o mercado em maio e junho, ao atender solicitação do Ministério de Minas e Energia, quando os preços já apontavam para 7,5 reais por litro, segundo relatos no mercado.

Atualmente, o diesel vendido nos postos de combustíveis brasileiros recebe uma mistura de 13% de biodiesel.

A Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove) alegou na véspera que a decisão pela suspensão impediu que os preços caíssem com o desenvolvimento do certame.

A Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e de Lubrificantes (Fecombustíveis), que representa os postos de combustíveis no país, afirmou em nota que enviou ofício ao presidente Jair Bolsonaro, manifestando preocupação sobre possíveis impactos que o preço do biodiesel terá na formação dos custos do diesel, a partir de 1º de maio.

Também no início do próximo mês está previsto o retorno da cobrança de PIS/Cofins sobre o diesel, que foi suspensa temporariamente por Bolsonaro como forma de segurar os preços e acalmar protestos de caminhoneiros que ameaçavam realizar uma greve em fevereiro.

Fonte : IstoÉ- Dinheiro

Data : 09/04/2021

MERKEL QUER ASSUMIR CONTROLE DA LUTA CONTRA PANDEMIA NOS ESTADOS ALEMÃES

Por *Andreas Rinke e Caroline Copley*



https://cdn-istoedinheiro-ssl.akamaized.net/wp-content/uploads/sites/17/Reuters_Direct_Media/BrazilOnlineReportTopNews/tagreuters.com2021binary_LYNXMPEH380YW-BASEIMAGE.jpg

Chanceler alemã, Angela Merkel, em Berlim

BERLIM (Reuters) – A chanceler da Alemanha, Angela Merkel, planeja assumir o controle dos Estados federais para impor restrições em regiões com números altos de infecções de coronavírus, disse uma porta-voz do governo, enquanto o país luta para conter uma terceira onda da pandemia.

O governo federal pretende apresentar um esboço de legislação na próxima semana, disse ela.

Uma fonte disse à Reuters mais cedo que isto incluirá medidas compulsórias em regiões com 100 ou mais casos novos de coronavírus para cada 100 mil pessoas em um período de sete dias.

Com uma incidência abaixo de 100 em sete dias, os Estados manterão o controle de medidas para conter a disseminação do vírus.

A cifra atingiu uma alta de quase 200 no final de dezembro, pouco depois de a Alemanha passar de um “lockdown light” iniciado no início de novembro, durante o qual escolas e lojas ficaram abertas, a um confinamento total.

A marca mais recente foi de 110,4, de acordo com dados do Instituto de Doenças Infecciosas Robert Koch (RKI).

Mas as medidas de contenção alemãs variam de região a região por causa do sistema federal descentralizado do país. Em algumas regiões, os consumidores podem ir às compras se tiverem um exame negativo de Covid-19, enquanto em outras o comércio está fechado.

Algumas, como Berlim, adotam proibições a reuniões noturnas, e outras, como o Sarre, permitem que restaurantes e cervejarias instalem mesas do lado de fora.

Merkel e vários líderes regionais pedem um lockdown curto e rigoroso de âmbito nacional enquanto o país tenta vacinar mais pessoas.

“As regras de distanciamento social, obrigatoriedade de máscaras, toques de recolher deveriam ser regulamentados em nível nacional”, disse Armin Laschet, presidente da União Democrata Cristã (CDU) de Merkel.

O número de casos confirmados de coronavírus aumentou 25.464 em um dia – 3.576 mais do que uma semana antes, mostraram dados do RKI nesta sexta-feira.

Mas o instituto alertou que as cifras podem estar distorcidas após o final de semana prolongado do feriado da Páscoa, acrescentando que espera números de casos confiáveis aproximadamente a partir de meados da semana que vem.

A principal autoridade de saúde pública alemã disse que um lockdown de duas a quatro semanas é necessário para romper a terceira onda.

Fonte : IstoÉ- Dinheiro

Data : 09/04/2021

CHINA ELEVA PREVISÃO DE IMPORTAÇÃO DE MILHO EM 2020/21 A 22 MI T

Por Hallie Gu e Shivani Singh

PEQUIM (Reuters) – O Ministério da Agricultura da China mais que dobrou nesta sexta-feira sua previsão para as importações chinesas de milho em 2020/21, refletindo a demanda em meio a preços mais altos.

A China deve importar 22 milhões de toneladas de milho no ano 2020/21, segundo o ministério.

Comerciantes e produtores de ração chineses estão comprando grãos para ração no mercado global, incluindo milho, cevada e sorgo, à medida que o cereal doméstico disparou para níveis altos devido à oferta escassa e demanda firme de um plantel suínos em rápida recuperação.

O Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) já projetou que as importações de milho da China na campanha de comercialização de 2020/21 atingiriam 24 milhões de toneladas.

No curto prazo, a oferta e a demanda do milho doméstico estarão basicamente equilibradas, e é improvável que os preços do milho subam ou caiam significativamente, disse o ministério.

O ministério também elevou sua previsão de produção de óleo comestível na campanha de comercialização de 2020/21, para 28,49 milhões de toneladas, um aumento de 1,26 milhão de toneladas em relação à estimativa anterior, já que mais cargas de colza de países como a Rússia devem entrar, de acordo com o comunicado.

A China projeta trazer 9,33 milhões de toneladas de óleo comestível, 880 mil toneladas acima da previsão do mês passado, principalmente porque os estoques comerciais no país estavam em níveis historicamente baixos e a demanda por importações era forte, acrescentou.

Fonte : IstoÉ- Dinheiro

Data : 09/04/2021

MONEYTIMES

MONEYTIMES

WILSON SONS TEM ALTA DE 1% NO VOLUME DE CONTÊINERES EM MARÇO



<https://www.sopesp.com.br/wp-content/uploads/2021/04/wilson-sons.jpg>

A maior alta foi registrada no terminal de Rio Grande, com elevação de 3,2%. Já o terminal de Salvador viu o seu volume cair 2,7% (Imagem: Wilson Sons)

A Wilson Sons (WSON33) teve alta de 1% no volume de contêineres em seus terminais portuários no mês de março ante o mesmo

período de 2020, mostra documento enviado ao mercado nesta quinta-feira (8).

A maior alta foi registrada no terminal de Rio Grande, com elevação de 3,2%. Já o terminal de Salvador viu o seu volume cair 2,7%.

Fonte : Fonte: Moneytimes

Data : 07/04/2021

GUEDES DIZ QUE CÂMBIO DE EQUILÍBRIO É DE R\$ 4,50 E VÊ VALORIZAÇÃO DO REAL COM RETOMADA

Por Reuters

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse nesta quinta-feira que a taxa de câmbio de equilíbrio deve estar girando atualmente em torno de 4,50 reais e que houve um “overshooting” do câmbio, mas que sua expectativa é que a moeda brasileira valorize à medida que o país prossiga com as reformas estruturais e vacinação em massa.

“A taxa de câmbio está mais elevada. Provavelmente deveria estar em torno de 4,50 reais agora, houve um ‘overshoot’.

Mas estamos avançando nas reformas fundamentais. Assim que o Brasil voltar a crescer, formos para a vacinação em massa, e em três ou quatro meses... provavelmente o câmbio (dólar) vai cair”, disse o ministro, em inglês, durante videoconferência promovida pela Brazilian-American Chamber of Commerce.

Neste ano, o dólar salta 7,8%, o que deixa o real na terceira pior posição global.

O dólar só sobe mais no ano contra o peso argentino e a lira turca.

Fonte : Fonte: Moneytimes

Data : 07/04/2021



EXTRA ONLINE

PRESIDENTE DO BC REAFIRMA INTENÇÃO DE ELEVAR JURO, NO DIA EM QUE INFLAÇÃO SUPERA TETO DA META

Por Vitor da Costa

No dia em que a inflação alcançou o patamar de 6,10% no acumulado em 12 meses, o presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, reforçou a expectativa por uma nova alta de 0,75 ponto percentual na taxa básica de juros, a Selic, no próximo mês.

Campos Neto ainda destacou que se deve separar o que seria uma inflação de caráter mais estrutural de algo temporário, como no caso brasileiro. Segundo ele, o banco vem respondendo a uma inflação que se mostra mais persistente do que o esperado.



https://extra.globo.com/incoming/24963561-418-3df/w640h360-PROP/x92349707_file-photo-brazils-central-bank-president-roberto-campos-neto-attends-a-news-conferenc.pagespeed.ic.lotzhcw_ku.jpg

Presidente do Banco Central (BC) participa de entrevista em Brasília. Presidente do Banco Central (BC) participa de entrevista em Brasília. Foto: FADRIANO MACHADO/07/04/2020 / REUTERS

— A não ser que algo diferente aconteça, acho que estamos prontos para mais um aumento de 0,75%.

Mas claro que isso pode mudar. Hoje, com o que nós temos, podemos continuar com o que foi comunicado disse Campos Neto em evento da XP.

Com o resultado acumulado, o IPCA se encontra acima do teto da meta do BC para este ano, que é de 3,75%, podendo variar entre 2,25% e 5,25%. Em março, o índice acelerou 0,93% em relação ao mês de fevereiro, sobretudo, pela pressão de combustíveis.

Após ficar estacionada por sete meses na casa dos 2%, menor patamar histórico, a Selic teve elevação de 0,75 ponto percentual no mês passado. O aumento determinado pelo Comitê de Política Monetária (Copom), ligado ao BC, surpreendeu os analistas do mercado, que aguardavam um aumento de 0,5 ponto percentual.

Na ata da reunião, o Comitê afirmou que um novo aumento de 0,75 ponto percentual era aguardado, o que vem sendo confirmado por Campos Neto em declarações públicas.

Petrobras reduz preço de diesel nas refinarias pela segunda vez no ano, mas alta é de 31% desde janeiro

O cenário de inflação em alta, pressionada por uma desvalorização do real e o encarecimento de matérias-primas, é apontado como principal justificativa para um ciclo de aumentos da Selic.

No evento promovido pela XP Investimentos, o presidente afirmou que houve leve queda na demanda por crédito com a segunda onda da doença. Para ele, haverá crescimento na demanda com a abertura da economia, no segundo semestre.

Ele ainda destacou que o mercado de capitais tem funcionado bem. E que o mercado de trabalho apresenta certa recuperação, apesar de ainda haver incertezas sobre os que estão na informalidade.

Aprendizado

Durante sua fala, Campos Neto destacou que a economia "aprendeu" a lidar com as restrições impostas pela Covid-19, citando o exemplo de varejistas que passaram por uma reformulação de sua atuação no ambiente digital.

Ele começou sua exposição apresentando dados de casos e mortes pela Covid-19 no país, comparado com outros países. E demonstrou expectativa para a aceleração da vacinação nos próximos meses.

— O Brasil não é um campeão da vacina (na pandemia), mas está indo relativamente bem em comparação com outros países.

Campos Neto se mostrou otimista em relação à retomada da atividade econômica no segundo semestre, mas destacou que isso dependerá do avanço da campanha de vacinação. Na visão dele, esse processo deve se acelerar nos próximos meses.

O presidente ainda afirmou que o BC espera um crescimento de cerca de 3,5% para o PIB no ano que vem.

— Vai depender de vacinas e da segunda onda — afirmou.

Orçamento

Sobre o imbróglio do Orçamento, Campos Neto reconheceu que a demora na busca por uma solução atrapalha, mas ressaltou que o BC não participa dessas tratativas.

— O BC não participa desse processo de elaboração do Orçamento. Cria mais incerteza fiscal, tem um efeito nos juros longos. Isso impacta a maneira como a gente formula políticas monetárias.

Em tom mais otimista, o presidente destacou avanços que foram feitos no país durante a pandemia, como a maior digitalização no banco, citando o exemplo bem sucedido do Pix, além de pautas aprovadas no Congresso, como o novo Marco do Gás, do Saneamento e a autonomia do BC.

Fonte : *Extra Online*

Data : 09/04/2021

ORÇAMENTO: GUEDES ADMITE ERRO DA EQUIPE ECONÔMICA, MAS CONSIDERA DIVERGÊNCIAS NORMAIS: 'O PAU COME, É DO JOGO'

Por *Manoel Ventura*



https://extra.globo.com/incoming/24963495-9a9-486/w640h360-PROP/x90624340_pa-sao-paulo-sp-25-11-2020o-presidente-jair-bolsonaro-e-o-ministro-paulo-guedes-durante.jpg.pagespeed.ic.JbYGjF5jcO.jpg

O ministro da Economia, Paulo Guedes Foto: Pablo Jacob / Agência O Globo

O ministro da Economia, Paulo Guedes, admitiu nesta sexta-feira que a equipe econômica errou nas discussões do

Orçamento de 2021, foco de uma crise entre o governo e o Congresso.

— Deve ter tido erro na equipe econômica? Sim, certamente tem erro ali. Certamente tem erro quando um ministro pula a cerca e vai combinar um negócio que não está combinado com a Segov (Secretaria de Governo), que é quem está conduzindo o acordo político. Deve ter tido erro pra todo lado. Quem errou menos, que foi o Lira (Arthur Lira, presidente da Câmara), tá aborrecido com isso — disse o ministro.

Ele confirmou um acordo para subir em R\$ 16,5 bilhões as emendas neste ano. Mas disse que houve equívocos e excessos. As emendas acabaram subindo bem mais: R\$ 26,5 bilhões.

— O primeiro acordo era em torno de R\$ 8 (bilhões), ela (a Economia) acompanhou. O segundo acordo era R\$ 16 (bilhões), ela acompanhou. De repente fizeram um acordo que extrapolou e não cabia. Houve equívocos de um lado ou de outro. Todo mundo está junto no erro — disse o ministro.

O ministro disse que o "time" do governo com a base aliada no Congresso está montando o Orçamento junto pela primeira vez, no terceiro ano da gestão Jair Bolsonaro.

— A única coisa que eu disse na ocasião foi que estava inexecutável. O acordo estava inexecutável. E a segunda coisa que eu disse é que os acordos políticos têm que caber nos Orçamentos públicos. O exercício agora é como reconduzir para caber no Orçamento. Não há dúvidas sobre o que tem que ser feito. O problema é como fazer — acrescentou.

Guedes considerou normais as divergências entre Congresso, Executivo e até entre integrantes do governo:

— Não é nunca tudo suave. O pau come. É do jogo. Isso é do jogo. O que interessa é o sinal, não é o barulho.

"Pouso em Marte"

O ministro comparou os desencontros no Orçamento ao pouso de uma nave em Marte. Segundo ele, o processo foi como um desvio de rota:

— Você tá aterrissando a nave em Marte. Aí chega um macaco lá, aperta três botões, chuta o painel e começa a desviar a nave. Isso acontece. O macaco, no fundo, é um desacerto entre nós. Não é pessoal, não é ninguém. Um macaco pode ter sido da economia, o outro macaco está no Congresso, outro macaco está lá no entorno do presidente, outro macaco foi um ministro. A verdade é que deu uma desorganizada na nave, e aí começa a correria: "Quem é que apertou o botão? Quem é que distraiu?". Aí o cara fala: "Não foi macaco, não, foi astronauta mesmo. É porque não sabiam o que estava acontecendo do lado de lá". Então, existe barulho a bordo.

O Orçamento aprovado aumentou em R\$ 26,2 bilhões (para R\$ 48 bilhões) o valor destinado a emendas parlamentares. Para isso, cortou nessa proporção a estimativa de gastos como a Previdência, abono salarial e seguro-desemprego, que são obrigatórios. O problema é que não há evidências de que essa projeção se confirme.

Por isso, o governo teria que cortar em outras áreas, como custeio e investimentos, para garantir o pagamento de aposentadorias e pensões sem descumprir as regras das contas públicas. O dinheiro das emendas extras é destinado para parlamentares da base aliada apontarem obras e serviços em suas bases eleitorais.

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), é favorável à sanção do Orçamento e eventuais ajustes no futuro. Já a equipe econômica quer o veto do presidente Bolsonaro aos R\$ 26,2 bilhões acrescidos nas emendas parlamentares para recompor os gastos obrigatórios.

Guedes aproveitou a fala para alfinetar o ministro do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho, seu desafeto. Por conduzir um ministério de obras, Marinho acabou recebendo a maior parte das emendas criticadas pela equipe econômica.

— Tem sempre o ministro mais ousado. Tem ministro fura-teto, tem de tudo aqui. Tem ministro que não desiste, volta toda hora e bate no mesmo lugar. Isso acontece volta e meia. Isso bota em risco o grupo inteiro — disse Guedes, acrescentando: — Não adianta querer levantar o governo agora através de obras.

Ministro descarta calamidade

Guedes também descartou nesta sexta-feira a possibilidade de decretar novamente o Estado de Calamidade Pública, que suspende as regras fiscais para aumentar os gastos durante a pandemia de Covid-19. Guedes afirmou que seria um "cheque em branco" que "derruba o Brasil".

— Nós estamos na cauda de uma pandemia. Se tiver que gastar meio por cento, 1% do PIB com o BEm (benefício para manutenção de empregos), com o Pronampe (empréstimos para pequenas empresas), não é isso que vai derrubar o Brasil. O que derruba o Brasil é um cheque em branco para gastar de novo 4%, 5%, 8% do PIB. Isso acaba com o país. Nós estamos fazendo essa acomodação — disse Guedes, durante transmissão ao vivo para investidores.

O Estado de Calamidade, que vigorou até 31 de dezembro do ano passado, permitiu ao governo gastar mais de R\$ 500 bilhões no combate à pandemia. Sem esse mecanismo neste ano, o Ministério da Economia está tendo dificuldades técnicas de reeditar medidas para conter a crise causada pela Covid-19.

Para Guedes, não haveria "ganho" com a calamidade neste ano porque os salários dos servidores públicos já estão congelados até dezembro. Uma proposta aprovada pelo Congresso no mês passado proíbe a concessão de reajuste durante o Estado de Calamidade.

— Quando a gente segurou por dois anos o salário (dos servidores) no ano passado, o ganho já está aí. Se eu apertar agora estou apenas liberando gastos indefinidamente, sem ganhar nada. Porque o

ganho já é essa trava.. Quando nós fizemos o protocolo para crises futuras era para crises futuras mesmo, não para um cauda de uma crise em andamento — completou o ministro.

Fonte : *Extra Online*

Data : 09/04/2021



AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS

DISTRIBUIDORAS DEFENDEM INTEGRAÇÃO DE GÁS COM TÉRMICAS, APÓS SANÇÃO DE NOVO MARCO

Por epbr - 9 de abril de 2021 - Em Mercado de gás

Após a sanção da nova Lei do Gás, sem vetos, a Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado (Abegás) defendeu a inclusão de usinas termoeletricas associadas à oferta de gás natural nacional no planejamento energético do governo federal.

O tema foi discutido durante a tramitação do projeto no Congresso Nacional, mas acabou excluído do texto final.

“A Abegás reforça a necessidade de estabelecer um sinal claro que estimule a atração de investimentos no segmento de transporte e em toda a infraestrutura de gás, como a plena integração do setor elétrico e de gás natural, com os leilões com fator locacional com térmicas a gás na base, garantindo a segurança energética do país”, disse a empresa, em nota.

Durante as negociações entre lideranças do governo e o plenário da Câmara dos Deputados, na primeira votação do projeto, um substitutivo de Elmar Nascimento (DEM/BA) previa medidas do tipo – a contratação de usinas termoeletricas, em projetos desenhados para sustentar a construção de gasodutos de transporte.

O governo indicou ao deputado que a integração gás-energia seria tratada pelo Ministério de Minas e Energia, no contexto da modernização do setor elétrico e mudanças regulatórias. Assim, não haveria necessidade de estabelecer regras por lei.

Uma mudança foi o lançamento de leilões de energia com térmicas inflexíveis.

A justificativa para esse tipo de medida é ampliar o acesso ao energético para regiões desconectadas da malha de dutos de transporte. O argumento contrário é que financiar dutos com a tarifa de energia tornaria o gás ou a energia mais caros para o consumidor.

Relembre: É preciso acelerar o acesso à infraestrutura, para abrir o mercado de gás, defende Augusto Salomon

No Senado, o relator Eduardo Braga (MDB/AM) chegou a incluir em seu voto a contratação de térmicas inflexíveis por meio de leilões locais.

O financiamento seria feito a partir de encargos do setor elétrico para viabilizar o Planejamento da Expansão de Malha de Gasodutos de Transporte, que seria elaborado pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

Braga entende que a viabilização de mais usinas térmicas com geração na base pode, inclusive, evitar apagões como o que ocorreu no Amapá este ano, que tem apenas uma conexão com o Sistema Interligado.

“Não dá para deixar as regiões brasileiras, como alguns tecnocratas querem deixar”, criticou na época.

Fonte : Agência EPBR de Notícias

Data : 09/04/2021

TOTAL ANUNCIA PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEL DE AVIAÇÃO 100% RENOVÁVEL

Por Gabriel Chiappini - 9 de abril de 2021 - Em Combustíveis, Transição energética

A Total deu largada na produção de combustível de aviação 100% renovável, conhecido como SAF (Sustainable Aviation Fuel), em sua biorrefinaria La Mède, com capacidade para produzir até 100 mil toneladas por ano. O combustível será entregue aos aeroportos franceses a partir de abril de 2021.

A Total também confirmou que a até 2024 irá converter uma de suas refinarias, próxima a Paris, em mais uma unidade produtora de SAF.

Atualmente, a legislação francesa exige que as aeronaves no país usem pelo menos 1% de combustível 100% renovável até 2022, chegando a 2% até 2025 e 5% até 2030.

“Ao produzir combustível de aviação sustentável em nossas instalações francesas, hoje, somos capazes de responder à forte demanda de uma indústria de aviação que busca reduzir sua pegada de carbono, enquanto adaptamos nossos recursos industriais”, disse Bernard Pinatel, executivo responsável pela área de refino da companhia.

A companhia anunciou planos de zerar suas emissões líquidas até 2050.

A partir de um acordo internacional, o Corsia, o setor de aviação se comprometeu a ter crescimento neutro de emissões a partir de 2020, em uma fase piloto e voluntária.

Já a partir de 2027, as medidas e metas de redução de emissões valerão para todos os países signatários e os combustíveis sustentáveis terão um papel crucial neste sentido.

O SAF reduz significativamente as emissões de CO2 do transporte aéreo e pode ser usado como combustível drop-in, sem a necessidade de modificar a infraestrutura da cadeia de suprimentos, aeronaves ou motores existentes.

Segundo a Total, a companhia já está envolvida em várias iniciativas para comercializar o combustível sustentável em parceria com agentes da indústria de aviação.

Uso de SAF puro

No mês passado, a gigante da aviação, Airbus, iniciou testes em suas instalações em Toulouse, na França, para avaliar os efeitos do uso de SAF puro nas emissões e no rendimento dos aviões.

A iniciativa, parte do projeto Emission and Climate Impact of Alternative Fuels (emissões e impactos climáticos dos combustíveis alternativos), utilizou o biocombustível da Neste, maior produtora europeia de SAF, em um A350-900, com propulsores Rolls-Royce no primeiro voo para comprovar a compatibilidade operacional do uso do combustível sustentável puro com os sistemas da aeronave.

“Atualmente, os aviões só podem funcionar com uma mistura máxima de 50% de SAF e querosene fóssil; esta parceria permitirá entender como os motores de turbina a gás funcionam utilizando 100% do combustível sustentável visando a certificação, além de identificar as possíveis reduções de emissão e os benefícios ambientais”, explica Steven Le Moing, diretor do Programa de Novas Energias da Airbus.

Shell também aposta em SAF

Nesta semana, a Shell anunciou investimentos na LanzaJet, produtora de SAF, para acelerar a comercialização do combustível sustentável. O montante não foi divulgado.



Além do investimento inicial, a Shell também poderá investir na construção de instalações de produção em maior escala nos próximos anos.

Atualmente, a LanzaJet está construindo sua primeira planta para produção de Alcool-to-Jet (AtJ), com capacidade de 10 milhões de barris por ano, na Geórgia, Estados Unidos. As operações devem começar em 2022. A tecnologia AtJ pode produzir SAF usando qualquer fonte de etanol sustentável.

“Temos um grupo excepcional de investidores, liderando a transição energética e trabalhando em todos os setores para reduzir as emissões de carbono”, disse Jennifer Holmgren, CEO da LanzaTech, sobre a importância da participação da Shell na redução das emissões.

“A tecnologia da LanzaJet abre um caminho novo e empolgante para produzir SAF usando um processo AtJ e ajudará a atender à necessidade urgente do setor de aviação por SAF. Isso demonstra que a indústria pode se mover mais rápido e entregar mais quando todos trabalhamos juntos”, disse Anna Mascolo, presidente da Shell Aviation.

Ela sinalizou que o Brasil pode se tornar um fornecedor de suprimento para a produção do combustível sustentável.

“O ajuste estratégico com a LanzaJet é empolgante. Por meio de nossa joint venture Raízen no Brasil, produzimos etanol há mais de dez anos e já demonstramos a produção de etanol celulósico a partir de resíduos”, disse a empresa, em nota.

Fonte : Agência EPBR de Notícias

Data : 09/04/2021

COM DIVERSIFICAÇÃO DE OPERADORAS, UPSTREAM BRASILEIRO TERÁ NOVOS DESAFIOS, POR HENRIQUE JAGER E JOÃO MONTENEGRO

Por epbr - 9 de abril de 2021 - Em Colunas e opinião

Os desinvestimentos da Petrobras – combinados, nos médio e longo prazos, com os resultados das atividades de exploração e desenvolvimento das áreas leiloadas pela ANP nos últimos anos – provocarão mudanças na gestão da produção dos hidrocarbonetos no Brasil, com potenciais impactos ambientais e em termos de segurança nacional.

Hoje, a companhia brasileira responde, como operadora, por 94% e 90%, respectivamente, da extração de petróleo e gás no país, mas essas participações tendem a cair significativamente nos próximos anos, na medida em que petroleiras privadas incrementam seu portfólio local comprando ativos da estatal e/ou adquirindo áreas nas rodadas de licitação promovidas pelo governo.

Nos últimos três anos, a Petrobras vendeu a totalidade de sua participação em cerca de 150 campos de óleo e gás nos últimos três anos, conforme a estratégia adotada no período de focar suas operações em campos com alta produtividade.

A maior parte dos campos vendidos está na bacia Potiguar, onde a Petrobras alienou 44 ativos onshore e três offshore. Na sequência estão as bacias do Recôncavo, com 43 campos terrestres, do Espírito Santo (30 onshore e dois offshore), Campos (15 offshore), Tucano (BA) (quatro onshore), Sergipe (dois onshore), Santos (dois offshore) e Solimões e Ceará, com um onshore cada uma.

A PetroRecôncavo foi a companhia que adquiriu o maior número de campos: 54 terrestres, sendo 34 na bacia Potiguar e 20 no Recôncavo. A ela seguem, de perto, a 3R Petroleum (25 campos onshore no Recôncavo, oito na Potiguar e um no Ceará, além de dois offshore no Espírito Santo) e a Karavan Oil (27 onshore no Espírito Santo). Além delas, cabe destacar que a Trident Energy, a Perenco e a Ouro Preto Óleo e Gás adquiriram, em conjunto, 16 ativos na porção fluminense da Bacia de Campos.

Em termos de produção, a francesa Total aparece em primeiro lugar no mês de dezembro de 2020, com o campo de Lapa, no pré-sal de Santos, tendo produzido 55.327 boed (barris de óleo

equivalente por dia), seguida, entre os destaques, pela PetroRio, com 18,092 mil boed, 3R Petroleum (16,042 mil boed), Karoon (15,459 mil boed) e PetroRecôncavo (15,340 mil boed).

Importante salientar que a conta considera as produções do polo Peroá-Cangoá/ES como da 3R, e dos polos Miranga e Remanso, como da PetroRecôncavo, embora a cessão dos ativos da Petrobras para tais companhias ainda não tenha sido aprovada pela ANP.

A Petrobras ainda está vendendo a totalidade de sua participação em outros 118 campos (82 onshore e 36 offshore), que juntos produziram 155,6 mil bopd e 19,5 milhões de m³/d em dezembro de 2020.

Somados, os volumes produzidos pelos campos já desinvestidos e à venda pela Petrobras correspondem a cerca de 10% da extração de óleo e 20% da produção de gás natural no país, em dezembro de 2020 (2,726 milhões de bopd e 127 milhões de m³/d de gás).

Além da menor ingerência do Estado na produção dos hidrocarbonetos, aspectos ambientais e geopolíticos devem ser considerados nesse processo de reorganização da produção offshore brasileira.

Em primeiro lugar, a Marinha do Brasil, o Ibama e a ANP terão de se preparar para lidar com múltiplos atores em casos de vazamento de óleo offshore. Até hoje, o governo brasileiro contou basicamente com a estrutura da Petrobras para responder a emergências, como ocorreu diante do vazamento que atingiu diversas praias do Nordeste e Sudeste brasileiros em 2019.

Outra questão sensível envolve o descomissionamento dos campos maduros que vêm sendo adquiridos por petroleiras privadas. São ativos com instalações antigas, tanto na superfície como no fundo do mar, o que exigirá altos investimentos e cuidados especiais na hora de sua remoção. O Ibama, por exemplo, já manifestou preocupação quanto à complexidade do descomissionamento do polo de Pampo e Enchova, localizado em uma região conhecida como "cemitério de risers", com grande quantidade de dutos enterrados.

Além disso, a diversificação de operadoras estrangeiras aponta para um cenário de interesses dispersos, que, em termos geopolíticos, pode representar ameaça à soberania nacional e até mesmo afetar o pleito do Estado brasileiro junto à ONU para estender os limites de sua plataforma continental além das 200 milhas náuticas da Zona Econômica Exclusiva (ZEE).

Por exemplo, será ampliado o risco de multinacionais privadas eventualmente reportarem informações sobre recursos estratégicos da chamada Amazônia Azul a partir de mapeamentos geológicos a governos estrangeiros. Estes, então, poderiam atuar no sentido de prejudicar as negociações do Brasil com o órgão multilateral.

Ao passo que, conforme publicado pelo Inep, a Marinha não tem planos de aumentar o contingente de pessoal e embarcações encarregados da segurança do offshore brasileiro.

No que se refere ao onshore especificamente, o país perde, com a saída da Petrobras do segmento, um instrumento estratégico de desenvolvimento em algumas das regiões mais pobres do país, as quais ficarão exclusivamente sujeitas aos humores do mercado.

As autoridades brasileiras devem, portanto, se adaptar e investir recursos para garantir que os interesses nacionais não sejam negativamente afetados pela diversificação de operadoras petrolíferas no país.

Henrique Jager é pesquisador do Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (Inep) e ex-presidente da Petros

João Montenegro é mestre em Economia Política Internacional pela UFRJ, pesquisador do Inep e repórter especializado em petróleo e energia

Fonte : Agência EPBR de Notícias
Data : 09/04/2021



JORNAL O GLOBO – RJ

BOLSONARO ENTRA NA ARTICULAÇÃO POLÍTICA PARA RESOLVER IMPASSE DO ORÇAMENTO

Presidente se reuniu com Lira na quinta à noite e saiu do encontro dizendo que 'o céu está abrindo'. Equipe econômica quer veto integral das despesas indicadas pelo relator
Por Manoel Ventura, Júlia Lindner e Fernanda Trisotto

BRASÍLIA — O presidente Jair Bolsonaro decidiu entrar diretamente na articulação política para resolver o impasse gerado com a aprovação do Orçamento após desgaste entre o Congresso e o ministro da Economia, Paulo Guedes.

Além de reunir a equipe ministerial para debater o assunto na quinta-feira, Bolsonaro chamou o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), para uma conversa sobre o tema no Palácio do Planalto. A equipe de Guedes pede que Bolsonaro se envolva na negociação desde o início da crise, no fim de março.



<https://ogimg.infoglobo.com.br/economia/24962856-b20-a7a/FT1086A/xorcamento.jpg.pagespeed.ic.GjDXQE X2Li.jpg>

Os ministros Luiz Eduardo Ramos e Paulo Guedes na reunião da Junta de Execução Orçamentária (JEO) Foto: Reprodução/Twitter

participam das negociações. A tendência, dizem elas, é que o presidente opte por vetos de trechos da proposta.

Bolsonaro passou a atuar diretamente no assunto diante do desgaste de Guedes junto ao Congresso, que se intensificou nos últimos dias. A equipe do ministro quer o veto integral das despesas indicadas pelo relator da proposta orçamentária, senador Márcio Bittar (MDB-AC). Enquanto Lira defende a sanção de Bolsonaro e ajustes na sequência.

À noite, a jornalista na porta do Palácio da Alvorada, o presidente disse que a situação já esteve pior e que, agora, o “céu está abrindo”.

— Esteve pior há poucos dias, está melhorando, está vislumbrando, está abrindo o céu. Daqui a pouco a gente realmente chega a uma solução.

O presidente afirmou que tem conversado com líderes e com ministros como Flávia Arruda, da Secretaria de Governo, para resolver a situação:

— Agora não podemos começar a criticar e acusar ou buscar responsáveis: “Tá feio o teu Orçamento”. O que tiver por ventura de excesso vamos buscar uma solução para isso.

Mais cedo, Guedes também se reuniu com o ministro-chefe da Casa Civil, Luiz Eduardo Ramos, na Junta de Execução Orçamentária (JEO), para discutir o assunto.

Nas últimas reuniões, Pacheco tem destacado que o Congresso já cumpriu o seu papel e cabe ao presidente da República usar a caneta para vetar os pontos necessários. Alguns congressistas ficaram incomodados com o posicionamento de Guedes sobre o Orçamento, que chegou a defender veto total, considerando que a equipe econômica acompanhou todo o processo.

O Congresso cortou gastos obrigatórios, especialmente recursos para a Previdência, para aumentar em R\$ 26,6 bilhões (para um total de R\$ 29 bilhões) as chamadas “emendas de relator”, que são obras destinadas à base aliada ao governo.

O relator já aceitou cortar R\$ 10 bilhões dessas emendas, mas o valor é considerando insuficiente pela equipe econômica.

Lira ficou incomodado com a resistência de Guedes em ceder. O ministro também fez declarações públicas que indicavam problemas na relação com o Congresso, o que desgastou sua relação com Lira.

A negociação travou a ponto de a permanência de Guedes no governo ser posta em dúvida nos últimos dias. O clima começou a mudar no jantar organizado por empresários em São Paulo, na quarta-feira, quando Bolsonaro prestigiou e fortaleceu Guedes.

‘Sombra jurídica’

O temor no governo é que um veto total crie uma cicatriz na relação com o Congresso que inviabilize a aprovação de propostas de interesse do Palácio do Planalto, recado que já foi passado por lideranças aliadas. Esse dilema foi explicitado ontem por Guedes, numa videoconferência da Brazilian-American Chamber of Commerce:

— Uma saída é politicamente conveniente, mas deixa uma sombra jurídica sobre o governo. A outra solução é perfeitamente jurídica, mas politicamente inconveniente. Mas estamos trabalhando juntos para corrigir os excessos, não estamos brigando, somos parceiros.

A expectativa de interlocutores do governo é que Bolsonaro vete pontos específicos do Orçamento. Uma solução intermediária para permitir o veto de R\$ 11 bilhões a R\$ 14,5 bilhões nas emendas de relator.

Nas conversas nos últimos dias, Lira tem insistido que o acordo político era estabelecer um extra de pelo menos R\$ 16,5 bilhões para emendas.

A discussão tem como pano de fundo uma cobrança cada vez maior da base aliada do governo por investimentos públicos, como forma de aquecer a economia, e por medidas para conter a crise causada pela pandemia de Covid-19.<SW>

Na disputa entre governo e Congresso, há a avaliação ainda de que a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid-19 poderia dar mais força ao Legislativo.

Medidas aos poucos

Os parlamentares aliados avaliam que Guedes errou o cálculo ao prever que os efeitos da pandemia acabariam este ano, o que fez com que o governo não prorrogasse automaticamente o auxílio emergencial e medidas como o Pronampe (linha de crédito para pequenas empresas) e o benefício para manutenção de empregos.

Por isso, deputados e senadores cobraram a decretação do Estado de Calamidade Pública, viável após a aprovação da Emenda à Constituição que permitiu a volta do auxílio emergencial (limitado a R\$ 44 bilhões). Guedes tem receio de essa medida “abrir a porteira” para gastos ilimitados.

Para atender os parlamentares, Guedes quer fazer o lançamento de ações aos poucos, após a aprovação de um projeto encaminhado ao Congresso nesta semana. A proposta permite ao governo gastar com medidas emergenciais fora do teto de gastos (regra que limita o aumento das despesas da União) em 2021, sem apresentar compensação financeira.

A primeira medida deve ser a reedição do Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego (BEm), que permite a redução de salário e jornada e a suspensão de contrato com compensação do governo, nos moldes da medida provisória (MP) 936.

Acionados por parlamentares, ministros do Tribunal de Contas da União (TCU) indicaram ao Congresso que não pretendem tomar decisão assertiva sobre o assunto e que a sanção do Orçamento não deve ser considerada um problema jurídico para o presidente da República. Ontem, o ministro Aroldo Cedraz foi indicado para cuidar do processo, após dúvida inicial da área técnica.

Esse era um temor de Guedes, que via na sanção a possibilidade de o presidente ser processado por crime de responsabilidade fiscal. A própria cúpula do Legislativo avisou que o TCU é um órgão de assessoramento do Congresso e que seria malvista uma decisão contra um projeto aprovado por deputados e senadores.

(Colaboraram Geralda Doca e Paulo Cappelli)

Fonte : O Globo - RJ

Data : 09/04/2021

CONTRA GUEDES, CONSULTORIAS DO CONGRESSO DIZEM QUE BOLSONARO PODE SANCIONAR ORÇAMENTO SEM VETOS

Conclusão é que ato não gera crime de responsabilidade, como argumenta a equipe econômica

Por Manoel Ventura e Fernanda Trisotto



<https://ogimg.infoglobo.com.br/in/24888126-135-930/FT1086A/xguedes2.jpg.pagespeed.ic.0s2RYNohL.jp>

O ministro da Economia, Paulo Guedes, com os presidente da Câmara, Arthur Lira, e do Senado, Rodrigo Pacheco falam sobre auxílio emergencial Foto: Ueslei Marcelino / Reuters

BRASÍLIA — Duas notas técnicas das consultorias de Orçamento da Câmara e do Senado concluídas nesta sexta-feira afirmam que não configura crime de responsabilidade o presidente Jair Bolsonaro sancionar sem vetos o Orçamento de 2021. Essa é a posição defendida pelos parlamentares na disputa com a equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes. A proposta orçamentária deste ano está no centro de uma crise entre o governo e o Congresso.

Os técnicos do Ministério da Economia argumentam que o Congresso reduziu a previsão de despesas obrigatórias para subir emendas parlamentares. E que sancionar o Orçamento desta forma poderia gerar um processo por crime de responsabilidade contra Bolsonaro, abrindo margem para o impeachment do presidente.

As notas técnicas das consultorias do Congresso rechaçam a hipótese de crime de responsabilidade na sanção, mas admitem a necessidade de corrigir o Orçamento deste ano. Os documentos foram elaborados a pedido de senadores e deputados para rebater os argumentos dos técnicos da equipe econômica.

Os técnicos da Câmara ainda preparam uma outra nota para embasar a posição dos deputados. A tendência é que essas notas sejam usadas para pressionar Bolsonaro a não vetar o Orçamento e corrigir as despesas obrigatórias só depois.

“A despeito de eventuais divergências com relação às despesas aprovadas no PLOA (projeto de Lei Orçamentária Anual) 2021, não se identificou conduta tipificada como crime de responsabilidade em razão de sanção ou veto do projeto de lei”, diz a nota do Senado.

O Orçamento aprovado aumentou em R\$ 26,2 bilhões (para R\$ 48 bilhões) o valor destinado a emendas parlamentares. Para isso, cortou nessa proporção a estimativa de gastos como a Previdência, abono salarial e seguro-desemprego, que são obrigatórios.

O dinheiro das emendas extras é destinado para parlamentares da base aliada apontarem obras e serviços em suas bases eleitorais.

A equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes, defende o veto do presidente Bolsonaro aos R\$ 26,2 e um envio de um projeto de lei com valor menor para as emendas e para recompor os gastos obrigatórios.

Lideranças aliadas ao Palácio do Planalto, por outro lado, querem a sanção sem vetos e o cancelamento de parte das emendas pelo relator, Márcio Bittar (MDB-AC), em seguida.

Para a consultoria da Câmara, há previsão legal de sanção presidencial sem vetos, desde que haja a correção das despesas obrigatórias. A consultoria afirma que, nesses casos, deve o Executivo tomar providências para suprir os créditos necessários ao atendimento da subestimativa de despesas obrigatórias.

“Nesse caso, o presidente estará adotando todas as medidas necessárias para a execução de todas as despesas obrigatórias e para o cumprimento de todas as regras fiscais, inclusive os referentes ao teto de gastos e a meta fiscal, não incorrendo em crime de responsabilidade”, diz o texto da Câmara.

O argumento usado pelos técnicos do Senado é de que, pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), a sanção e veto são atos do caráter político do processo legislativo, que em suma representam a conjugação das vontades do Legislativo e Executivo.

“Por sua vez, quanto aos crimes de responsabilidade, parece haver consenso de que se trata de julgamento político-administrativo que requer a tipificação de tais infrações em lei federal. Desse modo, por se tratar de ato político e, por não constar do rol de tipificações da Lei nº 1.079/1950 (que define os crimes de responsabilidade), a sanção não poderia isoladamente ser considerada crime de responsabilidade, devendo atos seguintes, devidamente tipificados, serem observados na execução orçamentária”, avaliam os consultores de orçamento do Senado.

A nota admite que a lei orçamentária aprovada tem “imperfeições”, como a subestimativa das despesas obrigatórias. E cita quatro possibilidades para o Executivo corrigir o Orçamento.

A primeira é suplementar as despesas obrigatórias por meio de cancelamentos de dotações, superávit financeiro e excesso de arrecadação. A segunda é apresentar projeto de lei de crédito suplementar para recompor essas despesas e cancelar, parcial ou integralmente, as emendas de comissão e de relator geral.

A terceira opção seria vetar determinadas programações ou dotações, o que abriria espaço para envio de projeto de lei para realocar os recursos. A quarta possibilidade seria encaminhar um projeto de lei para ajustar o texto da LOA ampliando as possibilidades de o Executivo poder abrir crédito suplementar por ato próprio.

Fonte : O Globo - RJ

Data : 09/04/2021

SEMANA DE LEILÕES DE CONCESSÕES TERMINA COM R\$ 10 BI EM INVESTIMENTOS CONTRATADOS E R\$ 3,5 BI EM OUTORGAS

Vinte e oito ativos federais, entre aeroportos, portos e ferrovia passaram para a iniciativa privada durante a 'Infra Week'

Por João Sorima Neto



https://ogimg.infoglobo.com.br/economia/24632094-dfd-21b/FT1086A/65742297_EC13-03-2017Homens-trabalham-no-navio-Kypros-sendo-abastecido-de-soja-no-terminal-T.jpg

Semana de leilões de concessões termina com R\$ 10 bi em investimentos contratados e R\$ 3,5 bi em outorgas Foto: Paulo Whitaker/Reuters / Reuters

SÃO PAULO - Com a concessão de cinco terminais portuários - quatro deles no Porto do Itaqui (Maranhão) e um em Pelotas, no Rio Grande do Sul, terminou a semana de leilões de concessões (Infra Week) promovida pelo governo federal. Nesta sexta, o governo arrecadou pouco mais de R\$ 216 milhões em outorgas pelos cinco terminais e chegou a R\$ 10 bilhões em investimentos contratados para os próximos anos, que era a meta estabelecida.

Em outorgas, mais de R\$ 3,54 bilhões foram para os cofres públicos.

- Fechamos com chave de ouro a Infra Week com os terminais portuários. Não nos interessa a outorga, mas sim a melhora da logística do país, que está ficando cada vez mais multi-modal. A história dos portos ineficientes o Brasil está ficando para trás. Temos cada vez mais portos automatizados. Nesta semana, passamos 28 ativos nesta semana à iniciativa privada, com R\$ 10 bilhões de investimentos contratados - comemorou o ministro da Infraestrutura Tarcísio Freitas.

Ele disse que no final do mês haverá novas concessões, entre elas a da BR-153 e da Cedae, a companhia de saneamento do Rio de Janeiro, que deve contratar mais de R\$ 30 bilhões em investimentos, além de R\$ 10 bilhões em outorgas.

A Santos Brasil Participações concorreu em todos os terminais do Maranhão e levou três, desembolsando quase R\$ 158 milhões em outorgas. A Ultracargo arrematou um dos terminais por R\$ 59 milhões.

Além da Santos Brasil Participações e da Ultracargo, participou também do leilão de um dos terminais no Maranhão a Empresa Brasileira de Terminais e Armazéns Gerais, que, entretanto, teve sua proposta superada pelos concorrentes.

No terminal portuário de Pelotas não houve concorrentes e a CMPC Celulose Riograndense levou com um lance de R\$ 10 milhões. Os terminais do Nordeste terão prazo de concessão de 20 anos e são destinados à movimentação de grãos líquidos, especialmente combustíveis.

Já no de Pelotas a concessão é de dez anos para operações de carga geral, especialmente madeira. Nos cinco terminais, serão investidos R\$ 600 milhões.

O governo federal também passou à iniciativa privada, esta semana, 22 aeroportos, com outorgas que somaram R\$ 3,3 bilhões e investimentos previstos de R\$ 6,1 bilhões.

Na quinta-feira, foi arrematado um trecho de 537 quilômetros da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol 1), ligando as cidades de Ilhéus e Caitité, na Bahia. O valor da outorga foi de R\$ 32,7 milhões, mínimo exigido no edital, e os investimentos previstos somam R\$ 3,3 bilhões.

Fonte : O Globo - RJ

Data : 09/04/2021

BOLSONARO E MINISTRO DAS COMUNICAÇÕES FAZEM PRIMEIRA LIGAÇÃO VIA 5G DO PAÍS

Do Planalto, presidente conversou com Fábio Faria, que estava em São Paulo

Por Daniel Gullino



https://ogimg.infoglobo.com.br/in/24963340-209-3bf/FT1086A/x51104933922_6a6269466d_k.jpg.pagespeed.ic.uvx14mQoa.jpg

O presidente Jair Bolsonaro conversa com o ministro Fábio Faria, usando a tecnologia 5G Foto: Marcos Corrêa/Presidência

BRASÍLIA — O presidente Jair Bolsonaro e o ministro das Comunicações, Fábio Faria, realizaram nesta sexta-feira a primeira chamada de vídeo usando a quinta geração de telefonia móvel (5G) feita no Brasil. Bolsonaro estava no Palácio do Planalto, em Brasília,

enquanto Fábio Faria estava em São Paulo, em um prédio da empresa Nokia.

De acordo com o Ministério das Comunicações, foi a primeira vez que dois terminais do chamado 5G standalone (ou "5G puro") foram conectados na América Latina. Segundo a pasta, o gabinete presidencial tem uma estrutura específica para a utilização dessa rede.

Na conversa, Bolsonaro afirmou que o 5G será utilizado para integrar as regiões:

— A 5G vem em boa hora, porque nós no Brasil precisamos cada vez mais integrar as regiões, em especial existe um deserto na região Norte e no nosso querido Nordeste. Com essa tecnologia, nós vamos avançar e muito.

Fábio Faria concordou e disse que a tecnologia permitirá acabar com o que chamou de "deserto digital":

— Nós iremos acabar com o deserto digital que temos no Brasil, como o senhor mencionou, nas regiões Norte e Nordeste principalmente. Nós temos hoje 45 milhões de brasileiros que não tem acesso a internet.

O leilão do 5G está previsto para julho. Nele, as operadoras de telefonia vão disputar o direito de operar as bandas de frequência nas cidades e começar a oferecer a tecnologia no Brasil.

Fonte : O Globo - RJ

Data : 09/04/2021

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

TARCÍSIO FREITAS É FESTEJADO POR LEILÕES E DISTÂNCIA DE POLÊMICAS DO CHEFE

Por Circe Bonatelli e Cristiane Barbieri



https://economia.estadao.com.br/blogs/coluna-do-broad/wp-content/uploads/sites/431/2021/04/jantarempresarios_080420212827.jpg

Ministros do governo Bolsonaro após jantar com empresários. Foto: Alex Silva/Estadão

Mesmo sem discursar durante jantar que reuniu o presidente Jair Bolsonaro, a equipe ministerial e empresários na noite de quarta-feira, 7, em São Paulo, o ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, foi muito festejado em sua chegada ao encontro. Freitas foi recebido com

uma salva de palmas, numa manifestação de apoio dos empresários por seu empenho no programa de concessões de ativos públicos à iniciativa privada. O ministro, egresso da área de infraestrutura dos governos Michel Temer e Dilma Rousseff, é visto como uma pessoa pragmática e discreta, que passa longe das declarações controversas e, frequentemente, ofensivas de seu atual chefe.

Por sua vez, Bolsonaro e demais membros do governo foram aplaudidos só depois de falarem, recebendo apoio dos presentes, porém de forma mais protocolar. Os discursos foram entoados por Roberto Campos Neto (Banco Central), Paulo Guedes (Economia) e pelo próprio presidente Jair Bolsonaro.

Comentários de grupos de empresários no WhatsApp no dia seguinte davam conta do cansaço com Guedes. Principal motivo para o apoio da categoria à eleição de Bolsonaro, o ministro mereceu comentários na linha de ser muito afeito a discurso e pouco efetivo. Na reforma ministerial da semana passada, inclusive, um grande empresário perguntou a um par, nas conversas pela rede de mensagens, com ironia, se Guedes assumiria a pasta da Economia.

Ambiente para investimentos ficou tumultuado

Um interlocutor que não participou do jantar disse, inclusive, que há presidente responsável pela operação local de um grande fundo estrangeiro com a missão de calcular o custo de uma saída total do Brasil. Com a pressão por critérios de ESG (boas práticas de sustentabilidade, governança e ambientais, da sigla em inglês) crescendo, tem causado arrepios nos estrangeiros as falas e atitudes de Bolsonaro. Ainda mais com a perspectiva de uma disputa entre Lula e Bolsonaro no próximo ano.

A intervenção do presidente nas estatais, inclusive, teria sido a principal responsável pela interrupção no fluxo de capital estrangeiro ao País este ano. O movimento de ofertas iniciais de ações, que segurava o mercado de capitais, foi interrompido pela aversão ao risco por conta dos ruídos causados pelo presidente – além da postura no combate à pandemia e o consequente agravamento das mortes. Maior movimento da Bolsa recente, a Dasa relançou suas ações esta semana e caiu forte pelo segundo dia consecutivo.

Esta reportagem foi publicada no Broadcast+ no dia 08/04, às 19:30.

O Broadcast+ é uma plataforma líder no mercado financeiro com notícias e cotações em tempo real, além de análises e outras funcionalidades para auxiliar na tomada de decisão.

Para saber mais sobre o Broadcast+ e solicitar uma demonstração, acesse.

Contato: colunabroadcast@estadao.com

Siga a @colunadobroad no Twitter

Fonte : *O Estado de São Paulo - SP*

Data : 09/04/2021

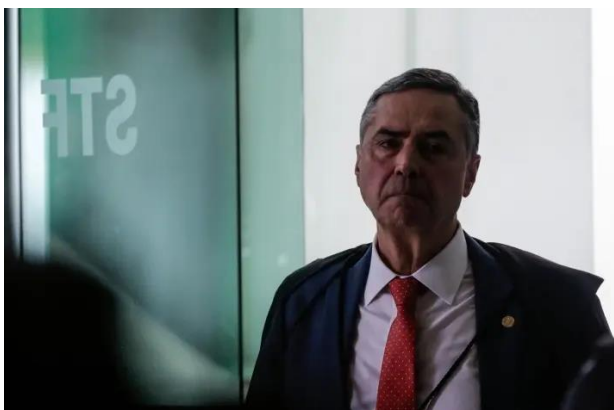
LIMINAR DE BARROSO PROVOCA MAL-ESTAR, E MINISTROS SE DIVIDEM SOBRE DECISÃO QUE OBRIGOU ABRIR CPI

Barroso disse nesta sexta-feira que se limitou a ‘aplicar o que está previsto na Constituição, na linha de pacífica jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, e após consultar todos os ministros’

Por Rafael Moraes Moura, Breno Pires/ BRASÍLIA e Paulo Roberto Netto e Rayssa Motta/ SÃO PAULO

Além de irritar o Palácio do Planalto, a decisão do ministro Luís Roberto Barroso, que mandou o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), abrir a “CPI da Covid”, provocou mal-estar em uma ala do Supremo Tribunal Federal (STF). Integrantes do STF e da Procuradoria-Geral da República (PGR) ouvidos reservadamente pela reportagem avaliam que é provável que a liminar do ministro seja mantida no julgamento, marcado para começar na próxima sexta-feira, 16 de abril. No

entanto, há quem questione a conveniência de abrir os trabalhos de uma comissão em plena pandemia.



https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/wp-content/uploads/sites/41/2020/05/luis-roberto-barroso_120520203545.jpg

O ministro Luis Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal, e próximo presidente do Tribunal Superior Eleitoral. Foto: Gabriela Biló / Estadão

“Acho uma medida importantíssima (a decisão de Barroso), porque precisamos realmente apurar a responsabilidade quanto ao procedimento, quanto ao atraso em tomada de providências, isso é muito importante”, disse ao Estadão/Broadcast o decano do STF, Marco Aurélio Mello. Um segundo ministro

ouvido pela reportagem também acredita que a liminar vai ser mantida.

Um terceiro ministro, que pediu para não ser identificado, apontou que é posição pacífica do Supremo que se a CPI tiver um objeto específico e houver um terço de assinaturas para sua instalação, é direito da minoria ver a investigação ser aberta, como se trata no caso. No entanto, esse magistrado ressaltou que, naqueles casos já julgados pelo STF, não havia uma pandemia no meio do caminho. “O STF não é a favor do isolamento?”, questionou.

A decisão de Barroso contrariou uma ala da Corte, que avalia que o ideal seria submeter o tema desde o início ao plenário. A determinação de abrir uma CPI da Covid vai ser analisada pelos 11 ministros a partir da próxima sexta-feira, no plenário virtual da Corte. A plataforma digital permite que os magistrados analisem casos sem se reunirem pessoalmente ou por videoconferência, longe dos olhos da opinião pública e das transmissões ao vivo da TV Justiça. Qualquer ministro, no entanto, pode apresentar um “pedido de destaque”, o que interromperia a discussão e a levaria para o plenário físico da Corte. Os julgamentos costumam durar uma semana.

Em declaração enviada pela assessoria de imprensa do STF nesta tarde, Barroso disse que limitou-se a “aplicar o que está previsto na Constituição, na linha de pacífica jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, e após consultar todos os ministros”. “Cumpro a Constituição e desempenho o meu papel com seriedade, educação e serenidade. Não penso em mudar”, afirmou.

Precedentes. Conforme informou o Blog do Fausto, a decisão de Barroso repete um roteiro traçado pelo próprio Supremo em 2005. Na ocasião, por 9 votos a 1, a Corte determinou ao então presidente da Casa, Renan Calheiros (MDB-AL), a instauração da CPI dos Bingos para investigar o escândalo envolvendo Waldomiro Diniz, ex-assessor de José Dirceu acusado de receber propina de bicheiros para a campanha do ex-presidente Lula (PT) em 2002.

Dois anos depois, o então ministro Celso de Mello deu ordem semelhante, desta vez dirigida ao então presidente Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia (PT), que tentava contornar a instalação da CPI do Apagão Aéreo com uma votação em plenário, embora a oposição já tivesse levantando assinaturas necessárias para abrir a investigação sobre a crise do sistema de tráfego aéreo do País. Na época, a pressão pela apuração veio na esteira do choque entre o Boeing da Gol e o jatinho Legacy, da empresa Excel Aire, que matou 154 pessoas em 2006.

Em sua composição atual, o tribunal tem quatro ministros que participaram de pelo menos um dos julgamentos sobre as CPIs anteriores: Marco Aurélio Mello e Gilmar Mendes estiveram presentes nas duas votações enquanto Cármen Lúcia e Ricardo Lewandowski votaram na sessão da CPI do Apagão. Todos fizeram coro pela abertura das investigações.

Fonte : O Estado de São Paulo - SP

Data : 09/04/2021

ECONOMIA APRENDEU A CONVIVER COM A PANDEMIA, DIZ PRESIDENTE DO BANCO CENTRAL

Segundo Roberto Campos Neto, considerando o avanço da imunização, a economia deve passar por um processo de reabertura e aceleração no segundo semestre

Por Eduardo Laguna e Fabrício de Castro, O Estado de S.Paulo

BRASÍLIA - O presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, disse nesta sexta-feira, 9, que, embora o Brasil enfrente variantes mais contagiosas da covid-19, a economia aprendeu a lidar com a pandemia e deve mostrar um processo de reabertura e aceleração no segundo semestre, considerando o avanço da imunização.



Durante live transmitida pela XP, Campos Neto avaliou que a economia brasileira tem aprendido a conviver com a crise sanitária, de modo que o impacto é menor do que o choque da primeira onda. "Mesmo que o impacto sobre óbitos seja mais elevado, a economia está aprendendo a conviver com isso."

<https://img.estadao.com.br/resources/jpg/1/8/1616029129381.jpg>

*O presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto.
Foto: Dida Sampaio/Estadão*

Citando a experiência de outros países, o presidente do BC observou que a partir da aplicação da segunda dose da vacina anticovid nos grupos de risco, o número de óbitos caiu profundamente, mostrando eficácia de 80%.

Ele também salientou que, em algum momento, as vacinas em sobra nos países com imunização avançada serão redistribuídas ao restante do mundo, o que vai favorecer economias emergentes. "A economia estará reabrindo e acelerando o processo no segundo semestre deste ano", afirmou Campos Neto, ponderando, no entanto, o risco de terceira onda apontado por especialistas.

Expectativa de inflação

Campos Neto reafirmou hoje que a inflação, em maior parte, não é estrutural, mas, por estar elevada, forçou uma reação do BC em subir os juros porque a alta de preços já tinha contaminado as expectativas para o ano que vem.

"Estamos vendo a inflação mais alta e reagimos a isso", acrescentou o presidente do BC, referindo-se ao aumento da Selic no mês passado (para 2,75% ao ano), com nova alta (de mais 0,75 ponto porcentual) "contratada" para o mês que vem.

Segundo Campos Neto, mesmo com o aumento da taxa, os juros seguem perto dos níveis mais baixos da história. Em paralelo, observou, a segunda onda reduziu a demanda por crédito. Ele considerou ainda, durante o evento, que muitos países emergentes estão com condições financeiras mais apertadas.

Também pontuou que a China vem absorvendo cada vez mais fluxos de investimento tanto em ações quanto em renda fixa ao explicar por que a participação de estrangeiros vem caindo no financiamento da dívida pública brasileira.

Fonte : O Estado de São Paulo - SP

Data : 09/04/2021

GOVERNO ARRECADA MAIS R\$ 216 MILHÕES COM LICITAÇÃO DE ÁREAS PORTUÁRIAS

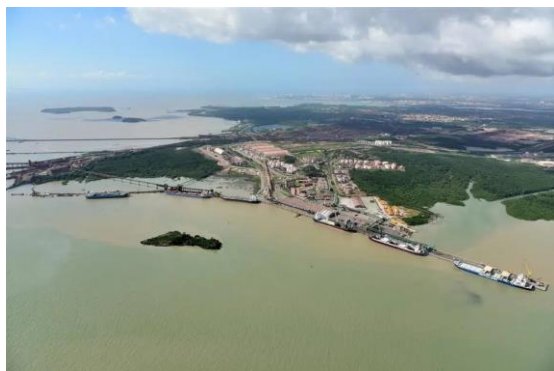
Foram concedidas à iniciativa privada cinco áreas no Porto de Itaqui e de Pelotas; Santos Brasil foi a empresa que arrematou mais lotes hoje na B3

Por Renée Pereira, O Estado de S.Paulo

O último leilão da Infra Week rendeu ao governo mais R\$ 216 milhões de outorga. No total, a arrecadação dos três dias de licitações foi de R\$ 3,5 bilhões. Hoje, na B3, o governo encerrou a semana de concessões com a oferta de cinco áreas no Porto Organizado de Itaqui (MA) e no Porto de Pelotas (RS). No total, os projetos vão representar investimentos de R\$ 600 milhões durante o contrato de concessão. No caso de Itaqui, o prazo será de 20 anos e, de Pelotas, 10 anos.

A Santos Brasil, empresas que administra um dos maiores terminais de contêineres do Porto de Santos, arrematou três das quatro áreas em Itaqui, que serão destinadas à movimentação e armazenagem de graneis líquidos, sobretudo de combustíveis. Na primeira, chamada de IQI12, a

empresa deu lance de R\$ 61,3 milhões, com ágio de 44,24%. Na IQI11, foi a única participante e fez uma proposta de R\$ 56 milhões, com ágio de 15,06%.



<https://img.estadao.com.br/resources/jpg/2/2/1617997270622.jpg>

Prazo de concessão para áreas do Porto de Itaqui será de 20 anos. Foto: Governo do Maranhão

As áreas IQI12 e IQI13, cujo valor mínimo era de R\$ 1, foram para viva voz e tiveram forte concorrência. Na IQI12, a disputa ficou entre Terminal Químico de Aratu (Tecmar) e a Santos Brasil, com propostas iniciais de R\$ 37,5 milhões e R\$ 29 milhões, respectivamente. A Santos Brasil venceu com um lance de R\$ 40 milhões, no viva voz.

A IQI13 teve a maior disputa do leilão de hoje e contou com quatro rodadas de propostas no viva voz. Nesse caso, o Tecmar venceu com uma proposta de R\$ 59 milhões.

Na área no Porto de Pelotas, que será destinada à carga geral e movimentação de toras de madeira, a única participante foi a CMPC Celulose Riograndense e arrematou o terminal com proposta de R\$ 10 mil ante o preço mínimo de R\$ 1.

O ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, comemorou os três dias de licitação, com o arremate de todos os 28 ativos ofertados. Segundo ele, essas concessões vão gerar investimentos de R\$ 10 bilhões. "E temos mais coisa pela frente. No fim do mês, estaremos aqui de volta para licitar a BR-153 (R\$ 14 bilhões) e a Cedae - a maior licitação de saneamento. Em julho, teremos a BR-163 e outros três terminais portuários. E mais para frente, a Dutra, que será um leilão bem badalado."

Segundo o ministro, o leilão de hoje vai melhorar a capacidade de tancagem e de armazenamento de combustíveis no Brasil e melhorar a multimodalidade. O combustível, diz ele, chegará de navio em Itaqui e sairá de trem rumo ao resto do País. Ele destacou ainda que está previsto para este ano a privatização da Codesa, do Espírito Santo, e para 2022, de Santos e São Sebastião (SP) e Itajaí (SC).

Fonte : O Estado de São Paulo - SP

Data : 09/04/2021

ECONÔMICO
Valor

Informação que vira dinheiro.

VALOR ECONÔMICO (SP)

EMPRESAS SE UNEM PARA COMBATER PANDEMIA

Grupo vai doar ao Ministério da Saúde 3,4 milhões de medicamentos para intubação, suficientes para a gestão de 500 leitos durante um mês e meio

Companhias de diferentes setores anunciaram ontem iniciativas para auxiliar o combate à pandemia, que passa por um momento crítico. Em caráter emergencial, um grupo de empresas se uniu para doar ao Ministério da Saúde 3,4 milhões de medicamentos para intubação – suficientes para a gestão de 500 leitos durante um mês e meio. Engie, Itaú Unibanco, Klabin, Petrobras e Raízen se juntaram à Vale, que iniciou a ação há duas semanas.

Liderado pelos presidentes das empresas, o pool deu partida aos trâmites para importar da China sedativos, neurobloqueadores musculares e analgésicos opióides – insumos básicos para intubação. A chegada do primeiro lote deve ocorrer a partir do dia 15 de abril. Os itens são certificados pela Anvisa, além da agência chinesa, e serão integralmente doados ao governo federal, que cuidará também da distribuição pelos Estados por meio do SUS-Sistema Único de Saúde.

“Acreditamos ser fundamental unir esforços para salvar vidas, não podemos ficar inertes diante do sofrimento imposto pela covid-19”, afirmou, em nota, Roberto Castello Branco, presidente da Petrobras.

“Seguimos acompanhando atentamente o agravamento da pandemia no Brasil e entendemos que é urgente uma nova mobilização das empresas, agora para apoiar o governo federal na recomposição de insumos para UTIs. É importante destacar que essa ação só tem essa força porque conta com adesão de empresas de diversos setores”, disse Eduardo Bartolomeo, presidente da Vale.

“Mais do que um ato de solidariedade, vemos a mobilização do setor privado como um importante compromisso das empresas com o país”, afirma Milton Maluhy Filho, presidente do Itaú Unibanco.

Com uma doação de R\$ 1,2 milhão, a Lojas Renner se uniu a mais de 40 empresas já engajadas em um esforço para a construção de nova fábrica do Instituto Butantan, que vai permitir ampliar a produção de doses da vacina Coronavac. O valor será repassado à organização social Comunitas, que lidera o processo de captação de recursos em parceria com a InvestSP e a Fundação Butantan.

“Queremos oferecer nosso apoio onde ele é mais necessário e, neste momento, entendemos que é na vacinação”, diz, em nota o diretor executivo do Instituto Lojas Renner, Eduardo Ferlauto.

A expectativa é que a nova fábrica esteja apta a operar em escala industrial no final de 2021, com capacidade de produzir 100 milhões de doses por ano.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data : 09/04/2021

FLÓRIDA PROCESSA GOVERNO BIDEN PARA RETOMAR VIAGENS COM CRUZEIROS

A medida representa mais um capítulo da briga da indústria de cruzeiros com as autoridades dos EUA para permitir a retomada das viagens

Por Dow Jones Newswires — Nova York

O Estado da Flórida processou o governo de Joe Biden e autoridades federais de saúde dos EUA para forçar o reinício das viagens de cruzeiro, proibidas há mais de um ano por causa da pandemia de covid-19.

A ação, apresentada nesta quinta-feira no Tribunal Distrital de Tampa, tem como alvos o Centro de Controle e Prevenção de Doenças (CDC, na sigla em inglês), o Departamento de Saúde e o governo

federal. A medida representa mais um capítulo da briga da indústria de cruzeiros com as autoridades dos EUA para permitir a retomada das viagens.



[https://s2.glbimg.com/LVVN5TW17UaqjIK_szlvYGWJmS4=/0x0:5325x3544/984x0/smart/filters:strip_icc\(\)/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2021/S/O/2bnHKYTOS6iyMsHGhAQ/alonso-reyes-8nwf8-i9ug-unsplash.jpg](https://s2.glbimg.com/LVVN5TW17UaqjIK_szlvYGWJmS4=/0x0:5325x3544/984x0/smart/filters:strip_icc()/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2021/S/O/2bnHKYTOS6iyMsHGhAQ/alonso-reyes-8nwf8-i9ug-unsplash.jpg)

— Foto: Alonso Reyes/Unsplash

O processo pede que a proibição decretada pelo CDC seja anulada. O governo da Flórida afirmou que as ações das autoridades de saúde são “arbitrárias” e que deseja que as viagens com cruzeiros sejam retomadas respeitando “protocolos de segurança razoáveis”.

As diretrizes do CDC para permitir a retomada das operações exigem que as empresas façam viagens simuladas e solicitem um certificado pelo menos 60 dias antes de venderem passagens. A indústria diz que o processo não deve ser tão rigoroso já que a campanha de vacinação nos EUA está avançando.

Na semana passada, o CDC divulgou novas instruções técnicas para as operadoras de cruzeiros. Entre outras coisas, as empresas terão que divulgar relatórios diários sobre os casos de covid-19 e criar um plano de vacinação da tripulação e funcionários que atuam no embarque dos passageiros.

A atualização não especificou quando os cruzeiros poderão sair em viagem para fora dos EUA, mas sugeriu a possibilidade de uma retomada no início do verão.

O governador da Flórida, o republicano Ron DeSantis, explicou o processo em uma entrevista coletiva. Segundo ele, não há previsão para que a proibição termine. “Independentemente do que [as autoridades federais] façam, provavelmente será tão complicado que os cruzeiros nem mesmo conseguirão navegar”, disse ele.

Questionada sobre a ação apresentada pelo governo da Flórida, a porta-voz da Casa Branca, Jen Psaki, se limitou a dizer que as orientações do CDC se baseiam em dados e em diretrizes de saúde. Por isso, as recomendações são atualizadas regularmente, de acordo com a situação da pandemia.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data : 09/04/2021

SANTOS BRASIL SE SOBRESSAI EM LEILÃO DE 5 TERMINAIS PORTUÁRIOS

Quatro deles estão no Porto do Itaqui (MA), destinados à movimentação de grãos líquidos. Há ainda um terminal de carga geral em Pelotas (RS)

Por Taís Hirata, Valor — São Paulo

A Santos Brasil foi a grande vencedora do leilão de terminais portuários desta sexta-feira. O grupo venceu a disputa por três áreas destinadas à movimentação de combustíveis no Porto de Itaqui (MA). Com isso, fez sua estreia no segmento de grãos líquidos.

Ao todo, a companhia terá que fazer investimentos de R\$ 417,1 milhões nos terminais arrematados hoje. O pagamento inicial de outorgas será de R\$ 157,3 milhões.

A empresa comemorou o resultado e já indicou que o interesse em novos ativos não se esgotou. “Estamos preparados para os próximos”, disse Daniel Dorea, diretor financeiro do grupo, em seu discurso na batida de martelo.

A Santos Brasil já vinha anunciando sua intenção de entrar no segmento de combustíveis. Os novos investimentos fazem parte do plano de diversificação do grupo, cuja operação ainda é bastante focada na movimentação de contêineres, no Porto de Santos (SP). Com o objetivo de ampliar sua área de atuação, a companhia fez, em setembro de 2020, uma oferta subsequente de ações, na qual levantou R\$ 790 milhões.

Além da empresa, a Tequimar, da Ultracargo, venceu o quarto terminal em Itaquí, após uma disputa em viva-voz com a Santos Brasil. Ao fim, a companhia levou o ativo com um lance de R\$ 59 milhões.

O presidente da Ultracargo, Décio Amaral, celebrou o novo contrato. “Hoje é mais um dia de consolidação do crescimento da empresa em um porto super relevante, gerando crescimento ao nosso agronegócio”, afirmou. Ele também felicitou a entrada da Santos Brasil no setor e disse que o grupo ajudará a “elevar o sarrafo” dos serviços.

O último terminal ofertado no dia, no Porto de Pelotas (RS), ficou com a CMPC Celulose Riograndense, com um lance de R\$ 10 mil.

A Santos Brasil ficou com três ativos. O primeiro deles foi o terminal de granéis líquidos IQI 03, com um lance de R\$ 61,3 milhões, que representou um ágio de 44,24% em relação ao preço mínimo definido em edital.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data : 09/04/2021

GOVERNO LANÇA PROJETO EM PARCERIA COM A OCDE PARA ACIRRAR CONCORRÊNCIA NA AVIAÇÃO E PORTOS

Por Fabio Murakawa, Valor — Brasília

O governo lançou na última quinta-feira (8) um projeto para aprimorar a concorrência nos setores portuário e de aviação civil. Por meio dele, a situação nesses setores será avaliada por técnicos da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), com base em padrões estabelecidos pelo Guia para Avaliação da Concorrência (Competition Assessment Toolkit) da entidade.

Segundo o secretário especial de Relacionamento Externo da Casa Civil, Marcelo Barros Gomes, a convergência das normas brasileiras para os padrões internacionais vai garantir a retirada de barreiras para a competição interna e a entrada do mercado brasileiro

Nesta semana, o governo arrecadou R\$ 3,3 bilhões no leilão de 22 aeroportos, com investimentos estimados em R\$ 6,1 bilhões ao longo de 30 anos.

Segundo Gomes, as recomendações a serem propostas pelo estudo possibilitarão uma maior competitividade em futuros leilões. E também criarão um ambiente mais propício à concorrência ao melhorar o ambiente regulatório, beneficiando inclusive as novas operadoras.



[https://s2.glbimg.com/7KOiyCibkj9sodQjR2vxrHXPRmo=/0x0:3840x2474/984x0/smart/filters:strip_icc\(\)/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2021/p/n/DIXEdNTsO SJOOA96iB4Q/24emp-100-navega-b2-img01.jpg](https://s2.glbimg.com/7KOiyCibkj9sodQjR2vxrHXPRmo=/0x0:3840x2474/984x0/smart/filters:strip_icc()/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2021/p/n/DIXEdNTsO SJOOA96iB4Q/24emp-100-navega-b2-img01.jpg)

— Foto: Ana Paula Paiva/Valor

“As mudanças dentro do mercado, para que a gente possa operar em um ambiente competitivo, levam a melhores serviços a preços mais módicos e com uma universalização melhor”, afirmou. “Isso representará mais investimentos, mais segurança

Nos Estados Unidos, por exemplo, o incremento na concorrência gerado pela retirada de barreiras regulatórias resultou no surgimento das companhias low-cost, com inovações como reservas online, pagamentos simplificados, que depois foram adotados pelas grandes empresas do setor, segundo a OCDE.

Na Argentina, por sua vez, a entrada de empresas privadas no setor portuário gerou um aumento de 50% na movimentação de cargas e de 275% da produtividade da mão de obra, também de acordo com dados da OCDE.

Em conjunto com isso, a Casa Civil iniciou um estudo junto com o Ministério da Economia para melhorar do ambiente regulatório do país no indicador Product Market Regulation (PMR). Esse indicador é usado pela OCDE para identificar a capacidade de competição dentro do mercado e também de desempenho econômico das infraestruturas regulares.

“Já há um projeto no ministério da Infraestrutura para melhorar o PMR. Estamos levando para os setores do saneamento básico e do gás”, disse o secretário. “Estamos olhando as barreiras de competição, boa regulação, desregulamentação, tudo o que impede o bom funcionamento de mercados.”

De acordo com ele, essas iniciativas fazem parte de uma estratégia maior, de revisões regulatórias visando uma convergência do Brasil aos instrumentos da OCDE. O país já é convergente a 99 dos 245 instrumentos da entidade

“Ao final do governo, estaremos muito próximos desse total”, disse o secretário.

O ingresso como membro pleno da OCDE é um dos grandes objetivos da política externa do presidente Jair Bolsonaro. Há seis países postulantes: Argentina, Brasil, Bulgária, Croácia, Romênia e Peru.

O Brasil é o país não-membro mais convergente com os instrumentos da organização.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data : 09/04/2021

LEILÃO DE TERMINAIS PORTUÁRIOS E A INFLAÇÃO NO BRASIL: AS NOTÍCIAS MAIS QUENTES DO DIA

Confira o que você precisa saber e acompanhar nesta sexta-feira

Por Valor — São Paulo

Leilão de terminais portuários encerra semana de infraestrutura

O leilão de cinco terminais portuários encerra a semana de infraestrutura promovida pelo governo federal, sob o comando do ministro Tarcísio de Freitas. Serão quatro terminais no Porto do Itaqui, em São Luís do Maranhão, destinados a graneis líquidos, e um terminal de carga geral no Porto de Pelotas (RS). Um dos grupos interessados é a Santos Brasil, que pretende diversificar sua operação, ainda muito focada no terminal de contêineres em Santos.

IBGE apresenta IPCA de março

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apresenta, às 9h, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de março. Segundo a mediana de estimativas de 41 instituições financeiras e consultorias ouvidas pelo Valor Data, o IPCA teve alta de 1,02% em março, após subir 0,86% em fevereiro. As projeções vão de alta de 0,75% até 1,1%. Em 12 meses até março deste ano, acumulará alta de 6,2%, de acordo com a mediana das estimativas. O IPCA de fevereiro foi de 0,86%, 0,61 ponto percentual acima da taxa de janeiro (0,25%). No ano, o índice acumula alta de 1,11% e, em 12 meses, de 5,20%, acima dos 4,56% observados nos 12 meses imediatamente anteriores. Em fevereiro de 2020, a variação havia sido de 0,25%.

Azul tem queda no tráfego

A Azul reportou uma queda de 27,3% no tráfego total de passageiros durante o trimestre de 2021, ante o mesmo intervalo do ano passado. A capacidade total também caiu 23% e a taxa de ocupação foi reduzida em 4,6 pontos percentuais, de 81%, no primeiro trimestre de 2020, para 76,4% no primeiro trimestre de 2021.

Disputa entre Petrobras e fundos de pensão tem novo revés

A disputa arbitral entre a Petrobras e os fundos de pensão Petros (Petrobras) e Previ (Banco do Brasil) teve novo revés. A Justiça no Rio de Janeiro entendeu que houve descumprimento judicial por parte da estatal, que não poderia ter solicitado a dissolução do tribunal arbitral que analisava o assunto, como ocorrido há algumas semanas.

Telefônica Brasil faz parceria CDF Suporte Digital

A Telefônica Brasil fez uma parceria com o marketplace de assistência residencial e tecnológica CDF Suporte Digital. A Telefônica afirma que busca ser referência no mercado brasileiro na oferta de suporte tecnológico para casas conectadas, com suporte técnico, configurações de wi-fi e instalações.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data : 09/04/2021

GERDAU VENCE NO TRF DISPUTA SOBRE ÁGIO

Decisão sobre reestruturação interna é a primeira favorável ao contribuinte no Sul do País

Por Adriana Aguiar — De São Paulo



[https://s2.glbimg.com/7vdhLrlip28xw0svpHY8zyHkrP0=/984x0/smart/filters:strip_icc\(\)/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2021/o/z/6c84HzTzmAQm5mjK3F2w/foto09leg-101-abre5-e1.jpg](https://s2.glbimg.com/7vdhLrlip28xw0svpHY8zyHkrP0=/984x0/smart/filters:strip_icc()/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2021/o/z/6c84HzTzmAQm5mjK3F2w/foto09leg-101-abre5-e1.jpg)

Advogado Diego Miguita: todos os atos praticados e declarados estavam em conformidade com a lei — Foto: Silvia Zamboni/Valor

A Gerdau Aços Especiais conseguiu anular um auto de infração no valor de R\$ 367 milhões, que trata de ágio interno, no Tribunal Regional Federal (TRF) da 4ª

Região, com sede em Porto Alegre. A ata de julgamento foi publicada ontem. É a primeira decisão dos desembargadores favorável ao contribuinte, de acordo com especialistas.

Em caso anterior sobre o tema, o TRF da 4ª Região manteve parte da autuação, em 2015, contra o grupo Dass, fabricante de calçados (processo nº 5004003-95.2014.4.04.7202). Os desembargadores também analisaram processo envolvendo a Todeschini, mantendo a cobrança. Porém, especialistas não o consideraram como precedente sobre ágio interno porque houve aquisição de empresa fora do grupo (processo nº 5005789-24.2012.4.04.7113).

No TRF da 3ª Região, com sede em São Paulo, há duas decisões desfavoráveis, uma delas envolve a Viação Cometa (processo nº 0027143-60.20.09.4.03.6100), que já recorreu ao Superior Tribunal de Justiça (STJ). A outra, de 2014, tem como parte o Grupo Libra (processo nº 00172372.2010.4.03.6100).

No caso da Gerdau, os desembargadores analisaram ágio supostamente gerado a partir de reorganização societária realizada pelo grupo entre 2004 e 2005. O processo (nº 5058075-42.2017.4.04.7100) teve que ser analisado por uma turma estendida, com mais dois julgadores, após dois votos favoráveis à anulação da autuação e um contra em julgamento realizado pela 2ª Turma em novembro.

O placar final ficou em três votos a favor da empresa e dois contra. Prevaleceu o entendimento do relator, juiz federal convocado Alexandre Rossato da Silva Ávila. Ele levou em consideração o fato de a Lei nº 12.973, de 2014, que vedou o ágio interno, ser posterior à operação. “Ocorre que, quando os referidos ágios foram registrados pelos contribuintes, nem a contabilidade nem o direito proibiam o seu registro”, diz.

O ágio pode ser registrado como despesa no balanço e amortizado para reduzir o Imposto de Renda e CSLL a pagar. Contudo, a Receita Federal autua o contribuinte quando interpreta que uma operação entre empresas foi realizada apenas para reduzir tributos.

O Grupo Gerdau fez a amortização do chamado ágio interno entre setembro de 2005 e junho de 2010, depois de aporte de capital social ocorrido em uma sequência de operações de reorganização societária, iniciada em 2004. A Gerdau Aços Especiais levou o embate à Justiça após perder na Câmara Superior do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), em 2016, por voto de qualidade - desempate pelo representante da Fazenda. Em 2018, obteve sentença judicial favorável.

De acordo com o advogado Diego Miguita, sócio do VBSO Advogados, ficou claro, para o TRF, que todos os atos praticados e declarados estavam em conformidade com a lei e produziram os seus efeitos próprios. “Como a acusação fiscal não alegou sequer ocorrência de simulação ou fraude, jamais poderia prevalecer a exigência fiscal por mera acusação de ágio interno, sem base legal”, diz.

Para o advogado Matheus Bueno de Oliveira, sócio do Bueno & Castro Tax Lawyers, ainda é necessário aguardar a publicação do acórdão do caso, “mas certamente é uma vitória importante”. Conforme o voto do relator vencedor, acrescenta, a amortização do ágio ficou garantida até a vigência da Lei nº 12.973/14, ainda que o valor que deu origem ao benefício tenha sido pago com ações de sociedade integrante do mesmo grupo econômico.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data : 09/04/2021

GOVERNO ESTUDA CONCESSÃO DE CORREDOR FICO-FIOL

O plano seria criar um novo canal de escoamento da produção agrícola do MT, mas ainda há dúvidas sobre viabilidade

Por Taís Hirata — De São Paulo

O Ministério de Infraestrutura estuda uma nova concessão com os demais trechos da Ferrovia de Integração Oeste Leste (Fiol), que poderão ser licitados em bloco com a Ferrovia de Integração Centro-Oeste (Fico). A ideia seria formar um novo corredor de escoamento do Mato Grosso até o litoral baiano, segundo o ministro Tarcísio de Freitas.

O governo licitou só o primeiro pedaço da Fiol, de Ilhéus (BA) até Caetité (BA). A via tem ainda dois outros trechos: o segundo vai de Caetité até Barreiras (BA); e o terceiro, de Barreiras até Figueirópolis (TO), onde haverá conexão com a Ferrovia Norte-Sul.

A construção do segundo tramo já está em curso - uma parte é feita pelo Exército e outra parcela será licitada. O andamento da obra vai se beneficiar do processo de renovação antecipada das concessões de ferrovias da Vale - a empresa conseguiu prorrogar seus contratos em troca de novos investimentos, e uma parcela deles serão destinados à Fiol. “A partir da entrada desses recursos, vamos ver avançando a passos mais largos”, disse o ministro.

O terceiro trecho ainda não começou a ser construído. O governo quer destinar os recursos da renovação antecipada da Ferrovia Centro Atlântica (FCA), da VLI, ao projeto, mas ainda não há uma definição. Como a malha passa por diversos Estados, os investimentos que serão gerados a partir da prorrogação têm sido alvo de muita disputa. A previsão é que o processo seja concluído até o primeiro semestre de 2022.

Já a Fico, que ligará Água Boa (MT) até Mara Rosa (GO), fazendo também conexão com a Norte-Sul, deverá ser construída pela Vale, também dentro do pacote de investimentos decorrentes da renovação antecipada. A expectativa é que as obras comecem em maio, disse o ministro. No futuro, há planos para que a Fico chegue até a cidade de Lucas do Rio Verde (MT), mas essa extensão não está no escopo das obras que serão feitas pela mineradora.

Freitas afirmou que há estudos para que os trechos sejam licitados em conjunto. “Fizemos alguns ensaios de modelagem econômica para uma estruturação Fico-Fiol, e o resultado foi revelador, se mostra auspicioso, mostrou um VPL [Valor Presente Líquido] positivo. Um VPL desse nos sugere que pode ser um leilão interessante e que faz sentido.”

Caso os estudos avancem de forma positiva, o novo projeto poderia ser praticamente concluído até o fim de 2022, para que o leilão pudesse ser realizado em 2023, estima o ministro.

“Nosso objetivo é dar algumas opções ao produtor do Mato Grosso para acessar os portos e escoar sua produção, pode ser por Itaqui (MA), por Ilhéus (BA), por Santos (SP). Essa disponibilidade certamente vai impactar o custo de transporte”, disse.

No mercado, a possibilidade de um novo corredor de escoamento agrícola do Mato Grosso gera muito interesse. Alguns operadores chegaram a estudar o leilão do primeiro trecho da Fiol de olho nessa perspectiva.

No entanto, ainda há dúvidas sobre como seria a ligação Fico-Fiol. O problema é que as duas ferrovias deverão se conectar ao trecho central Ferrovia Norte-Sul, que é operado pela Rumo. Porém, a ligação não seria direta - ou seja, a carga necessariamente teria que passar por um pedaço da via operada pela Rumo, o que poderá tirar a competitividade do trajeto.

Questionado sobre a possibilidade de alterar o traçado para que a ligação entre as vias seja direta, sem necessidade de usar a malha da Rumo, o ministro explicou que essa mudança não é possível por uma limitação técnica e geográfica, já que o novo traçado - com a Fiol se conectando à Norte-Sul em uma cidade mais ao sul - esbarraria em dificuldades na topografia, o que elevaria custos e traria problemas no licenciamento ambiental do projeto.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data : 09/04/2021

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

REVOGAÇÃO DE MAIS DE 450 NORMATIVOS FAVORECE DESBUROCRATIZAÇÃO, AFIRMA EDUARDO NERY

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 08 Abril 2021



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/201029-eduardo-nery.jpg>

Diretor-geral da Antaq destacou esse ponto durante lançamento do Projeto de Avaliação Concorrencial nos Setores de Portos e Aviação Civil no Brasil pelo Cade

A partir do Decreto nº 10.139 de 2019, foram revogadas mais de 450 normas e resoluções da Antaq, racionalizando os dispositivos infralegais do setor regulado. Foi o que informou o diretor-geral da Agência, Eduardo Nery, nesta quinta-feira (8), durante lançamento do Projeto de Avaliação Concorrencial nos Setores de Portos e Aviação Civil no Brasil pelo Conselho

Administrativo de Defesa Econômica (Cade), em parceria com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Nery destacou outras medidas que estão em curso para aumentar a desburocratização, entre elas a mensuração do fardo regulatório, que visa aperfeiçoar a gestão do estoque de normas da Antaq; e a análise do custo regulatório para o setor.

O diretor-geral afirmou, ainda, que a edição da Lei 14.047, de 2020 estabeleceu novos e modernos alicerces para o setor portuário. “Nesse sentido, vale destacar a possibilidade de celebração de contratos de uso temporário, instituto regulamentado pela Agência desde 2011, mas que teve sua aplicação suspensa por decisão judicial. A partir da edição da lei, a administração do porto organizado poderá pactuar com o interessado na movimentação de cargas com mercado não consolidado o uso temporário de áreas e instalações portuárias localizadas na poligonal do porto organizado, dispensada a realização de licitação. O contrato de uso temporário terá o prazo improrrogável de até 48 meses.”

Conforme ressaltou Nery, “a lei também consagrou em seu texto a máxima já adotada pela Antaq, que é a prática do preço livre no setor. Dessa forma, a atuação da Agência segue a diretriz, agora legal, de que a intervenção regulatória em preços deve ocorrer em casos concretos, quando identificadas situações que configurem abuso econômico”. O diretor-geral afirmou que a regulação responsável é um consenso entre as agências reguladoras. “Precisamos acabar com essa cultura de burocracia, com esse excesso de amarras que só prejudica o setor.”

Eduardo Nery se diz otimista em relação desenvolvimento dos portos e da navegação no Brasil. Citou que em 2020 a movimentação do setor portuário nacional cresceu 4% em comparação com 2019, mesmo em um cenário de pandemia. Lembrou também que nesta sexta-feira (9) haverá o leilão de quatro áreas no Porto do Itaqui (MA) e uma área no Porto de Pelotas, que trará mais investimentos privados, mais renda e mais emprego para o país.

Projeto

O Projeto de Avaliação Concorrencial nos Setores de Portos e Aviação Civil no Brasil tem como objetivo analisar as políticas públicas existentes nos referidos setores para identificar eventuais restrições desnecessárias à concorrência e, assim, propor políticas alternativas que favoreçam o ambiente competitivo nesses mercados.

Para o diretor-geral da Antaq, “o projeto não poderia vir em melhor hora, uma vez que encontra reflexo em um conjunto de medidas que já vem sendo adotadas no país com vistas a garantir que a regulamentação do setor se adeque ao seu propósito e contribua para a competitividade internacional do Brasil”.

Conforme Nery, o resultado do trabalho que será desenvolvido contribuirá para elevar o nível da regulação econômica dos setores e estabelecer a segurança jurídica, permitindo incrementar ainda mais a competitividade dos portos públicos brasileiros, auxiliando também no processo de concessão desses portos. “Como decorrência da iniciativa, esperamos maior atração de investimentos no setor como um todo, incluindo os investimentos realizados nos terminais de uso privado”, afirmou.

O diretor-geral frisou que a Antaq espera contribuir com o projeto, bem como com o trabalho de revisão da reforma regulatória. “A Antaq, assim como o Cade, possui um corpo técnico de qualidade reconhecida pelo setor em que atua, reconhecimento conquistado diuturnamente por meio de uma atuação em âmbito nacional, que considera as especificidades dos serviços prestados e da infraestrutura alocada em cada região do país”, afirmou Nery, concluindo que a aproximação institucional da Antaq com o Cade e a OCDE é profícua, principalmente nos projetos que envolvem concorrência e regulação.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 09/04/2021

SANTOS BRASIL ARREMATTA 3 DAS 4 ÁREAS PARA COMBUSTÍVEIS EM ITAQUI

Por Danilo Oliveira PORTOS E LOGÍSTICA 09 Abril 2021



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/210409-itaqui-areas-leilao-09-04-2021-divulgacao.jpg>

Divulgação

Tequimar (Grupo Ultracargo) venceu a disputa e ficou com a IQI-13, área mais disputada no porto maranhense. CMPC Celulose Riograndense ofereceu única proposta e levou a área para movimentação de madeira em Pelotas. Governo arrecadou um total da ordem de R\$ 220 milhões em outorgas com esses cinco projetos, que somam mais de R\$ 600 milhões em investimentos previstos

A Santos Brasil Participações arrematou três das quatro áreas no Porto de Itaquí (MA) licitadas no leilão realizado, nesta sexta-feira (9), na sede da B3, em São Paulo. A empresa venceu as disputas pelos arrendamentos IQI-03, IQI-11 e IQI-12 licitadas neste certame. A área IQI-13, mais disputada dos quatro arrendamentos, ficou com a Terminal Químico de Aratu (Tequimar), do grupo Ultracargo. Já a área PEL-01, em Pelotas (RS) foi arrematada pela CMPC Celulose Riograndense, com R\$ 10 mil de outorga. A empresa fez a única proposta pela área no Porto de Pelotas. No total, o governo arrecadou R\$ 216 milhões em outorgas com esses cinco projetos, que somam mais de R\$ 600 milhões em investimentos previstos.

As áreas licitadas no Porto do Itaquí têm oito tanques para armazenamento de derivados de petróleo. O complexo funciona como um hub de distribuição para as regiões Norte e Nordeste, atendendo Maranhão, Tocantins, Pará e Mato Grosso, além de outros estados próximos por cabotagem. Já o terminal no Porto de Pelotas é considerado pelo governo o único operador portuário com vocação para movimentação de toras de madeira na região, sendo um importante elo da cadeia logística da produção de celulose.

(Matéria em atualização)

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 09/04/2021

PORTOS DO RIO MOVIMENTAM MAIS 23,5% NO PRIMEIRO BIMESTRE

Por Rosayne Macedo PORTOS E LOGÍSTICA 08 Abril 2021



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/170704-porto-do-rio.jpg>

Projeção ficou 14% acima do previsto para o período. Faturamento superou em 52% o projetado para janeiro e fevereiro

Em meio ao cenário de incertezas na economia global por conta da pandemia do novo coronavírus, a Companhia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ) se mantém otimista para o ano de 2021. Impulsionada pelo crescimento de 9,8% em 2020 — o dobro da média nacional —, a companhia fechou o primeiro bimestre com 23,5% de movimentação sobre o mesmo período de 2020. O resultado é 14% superior ao projetado para os meses de janeiro e fevereiro no Plano de Negócios 2021-2023 concluído no fim do ano passado e lançado recentemente.

À Portos e Navios, o diretor de Negócios e Sustentabilidade, Jean Paulo Castro e Silva, informou que o faturamento teve crescimento ainda maior: 39% acima do mesmo período do ano passado, 52%

acima da projeção feita no Plano de Negócios 2021, que previa um cenário de dólar num patamar abaixo do atual. Segundo ele, a estimativa anterior não captava um crescimento tão expressivo de movimentação, como o que ocorreu nos dois primeiros meses de 2021.

A autoridade portuária responsável pela administração dos Portos do Rio de Janeiro, Itaguaí, Niterói e Angra dos Reis, divulgou recentemente seu Plano de Negócios 2021-2022. A expectativa em relação à movimentação de cargas prevê um crescimento de 2% ao ano, o que colocaria o complexo portuário entre os cinco principais do Brasil. O plano prevê investimentos da ordem de R\$ 2,1 bilhões até 2022, resultado de ações referentes à administração portuária, arrendamentos em vigor e novos arrendamentos.

De acordo com a CDRJ, a receita total estimada de R\$ 742 milhões para o ano 2021 baseia-se na tendência esperada com os contratos de arrendamentos em vigência. Somam-se a isso os incrementos previstos com o novo formato de cobrança das tarifas de acessos aquaviários, novos arrendamentos e cessões onerosas, além do resultado da execução do Plano de Desinvestimentos de ativos não operacionais.

“As projeções de mercado indicam uma sustentação da demanda por minério de ferro nos próximos anos, puxada pela recuperação da economia global no pós-Covid-19. Medidas anticíclicas que tendem a ser adotadas pelos diversos países devem gerar um novo ciclo de crescimento econômico que sustentará a demanda por commodities. Como a CDRJ administra o segundo principal complexo portuário do país em movimentação de minério de ferro, temos boas perspectivas de crescimento nesse novo ciclo”, explicou.

Plano de Negócios já incorporou impactos da pandemia

Segundo ele, o Plano de Negócios de 2020 foi revisto logo após o início da pandemia para incorporar seus impactos, principalmente atrasos nos prazos previstos nos projetos de receitas incrementais, como arrendamentos e cessões onerosas, desinvestimentos em ativos operacionais e revisão da forma de cobrança do acesso aquaviário. Por conta disso, o Plano de Negócios 2021 não teve ajustes significativos.

“Já as projeções financeiras para o período 2021-2023 foram revistas, considerando cenários para o câmbio elaborados por importantes instituições financeiras (FMI, Banco Central, grandes bancos)”, disse o executivo. Para o valor do minério de ferro (principal commodity movimentada nos portos da companhia), foram usadas projeções do mercado futuro das principais bolsas do setor, como a de Cingapura.

Elevação do minério de ferro é principal razão

A elevação das commodities no mercado internacional - especialmente do minério de ferro, maior fonte de receitas da CDRJ - deverá impactar positivamente nas atividades da companhia este ano. “Segundo projeções do mercado, a recuperação da China deve sustentar a demanda por minério de ferro e as maiores dificuldades de oferta, justamente devido às restrições da pandemia, devem continuar pressionando o preço do commodity em patamares elevados”, explicou.

De acordo com o executivo, como os contratos de Docas são atrelados ao valor FOB da mercadoria exportada em seus portos, “a conjugação de dólar alto, minério de ferro valorizado e crescimento do volume movimentado traz boas perspectivas para o faturamento neste ano”.

“Apesar da crise severa que estamos atravessando, a demanda por commodities segue firme, ainda impulsionada pelas importações da Ásia, principalmente China. Em 2020, a movimentação nos portos brasileiros cresceu 4,2% na comparação com 2019 e essa tendência vem sendo observada neste início de 2021”, disse, ao analisar o cenário nacional.

Novos arrendamentos nos Portos do Rio e Itaguaí

Jean Paulo Castro e Silva, no entanto, reconhece que um dos principais desafios da empresa é buscar fontes de recursos que permitam prover investimentos em infraestrutura, potencializando as operações portuárias nos portos sob sua administração. “O Plano de Negócios traz a possibilidade de novos contratos nos Portos do Rio de Janeiro e Itaguaí”, disse ele.

Ainda em 2019, a CDRJ enviou à Secretaria Nacional de Portos estudos para arrendamento de algumas áreas brownfield e outras greenfield nos dois portos. “Agora no início de 2021, estamos justamente na etapa de identificação de interessados, juntamente com a SNPTA e a EPL, que os apoia nesses processos de novos arrendamentos”, disse. Os processos de novos arrendamentos são conduzidos pela SNPT E pela Antaq, com o apoio das autoridades portuárias.

Sem adiantar nomes, o diretor informou que para as áreas brownfield, onde já há operação, existem interessados claramente identificados, que são justamente as empresas que atuam nessas áreas. “Também há interesse manifesto em uma área brownfield que atualmente não está em operação em Itaguaí. No caso das áreas greenfield, ainda estamos trabalhando na sua promoção para identificar a demanda necessária para o desenvolvimento desses projetos”, disse ele.

Ações para aumentar a atratividade de carga

Segundo ele, o plano também contempla investimentos da própria CDRJ, dos atuais arrendatários e dos potenciais novos arrendatários das áreas ofertadas. “Esses investimentos irão modernizar e ampliar nossos acessos aquaviários, permitindo não só a vinda de embarcações de maior porte, como também um uso mais eficiente dos nossos canais de acesso”, adiantou. Ainda de acordo com o executivo, os acessos terrestres também serão renovados, dando maior fluidez à entrada e saída de veículos.

“Além desses investimentos em infraestrutura física, também estão previstos investimentos em tecnologia para dar mais agilidade e eficiência aos nossos processos de atendimento aos usuários”, disse ele. “Todos esses investimentos em modernização da infraestrutura comum dos portos se complementam aos realizados pelos arrendatários em renovação e expansão de superestrutura, o que aumentará a atratividade dos nossos portos.

Possível privatização e competição com o Porto do Açu

O executivo reconhece que, embora não esteja incluída no Plano Nacional de Desestatização, a desestatização da CDRJ “é um cenário possível, principalmente se as privatizações em curso no setor portuário forem bem-sucedidas”. A eventual desestatização da CDRJ é uma decisão a ser tomada pela União. Ele ainda falou sobre a necessidade de aumentar a competitividade dos portos administrados por Docas diante do seu principal concorrente: o Porto do Açu.

“A CDRJ já convive com a concorrência de um porto privado no Norte do estado e entendemos que isso é mais um estímulo para nos planejarmos adequadamente para elevar nossas receitas e gerar as fontes de recursos para os investimentos necessários para manter e elevar a atratividade dos nossos portos”, comentou. “É com essa consciência, de que um cenário de maior competitividade exige seriedade e compromisso da gestão com o futuro da empresa, que temos trabalhado para construir uma nova CDRJ, e essa é a ideia subjacente no nosso Plano de Negócios 2021”, completou.

Terreno do Museu do Amanhã pagará dívidas com prefeitura

O Plano de Negócios 2021-2023 detalha a previsão de novos arrendamentos e cessões onerosas, um Plano de Desinvestimentos de ativos não operacionais, as principais estratégias comerciais, o aprimoramento das atividades voltadas para o desenvolvimento socioambiental e a modernização tecnológica e de processos das operações portuárias.

O Plano de Desinvestimentos incluiu o terreno do Museu do Amanhã - o espaço cultural mais visitado do Rio de Janeiro - em um encontro de contas com a Prefeitura. A proposta já foi

apresentada para a Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro (Cdurp), empresa pública municipal que administra a região do Porto Maravilha. O prefeito Eduardo Paes, que assumiu em janeiro, autorizou a continuidade das tratativas.

“Acreditamos que essa é uma proposta benéfica para todas as partes, uma vez que solucionará questões pendentes entre a CDRJ, Cdurp e o Município, já há alguns anos e dará maior segurança jurídica para o próprio Museu do Amanhã, cuja destinação da área já está claramente definida como equipamento turístico”, disse o executivo.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 09/04/2021

TCU PUNE IRREGULARIDADES EM CONTRATO NO PORTO DE SANTOS

Por Rosayne Macedo PORTOS E LOGÍSTICA 08 Abril 2021



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/160905-porto-de-santos.jpg>

Funcionários foram condenados a pagar R\$ 5 milhões. Companhia diz que rompeu contrato e dispensou os envolvidos

O Tribunal de Contas da União (TCU) multou em R\$ 5 milhões funcionários da Santos Port Authority (SPA) por irregularidades verificadas na contratação de serviços de digitalização em 2016. O valor é quase metade do total do contrato, de R\$ 7,3 milhões e depois prorrogado por mais R\$ 3,4 milhões, com a empresa MC3 Tecnologia e Logística Ltda.

O TCU decidiu converter o processo em tomada de contas especial. De acordo com o tribunal, os responsáveis apresentaram suas razões de justificativa, mas não afastaram as irregularidades. Alguns deles tiveram multas aplicadas no valor de R\$ 30 mil. Juntos, terão que pagar aproximadamente R\$ 5 milhões de débito, a ser atualizado desde 2017. O relator do processo é o ministro Bruno Dantas.

Eles ainda se tornaram inabilitados para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública pelo prazo de cinco anos. O TCU determinou a desconsideração da personalidade jurídica da empresa contratada para que os sócios respondam solidariamente com os agentes públicos envolvidos.

Autoridade portuária diz que afastou envolvidos

Em nota, a Santos Port Authority (SPA) — que assumiu o controle da antiga antiga Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp) em março de 2019 — informou que “nenhum dos colaboradores mencionados no Acórdão atualmente integra os quadros da SPA” e que “o contrato objeto da decisão foi rompido diante dos indícios de irregularidades”.

A companhia reforçou ainda que vem atuando em transparência e com base nas “melhores práticas de gestão e governança, inclusive contribuindo com órgãos de investigação e fiscalização”. Disse ainda que “tem adotado medidas como o rompimento de contratos com suspeita de irregularidades e a obrigatoriedade de que novas contratações tenham cláusula anticorrupção”.

Entenda as irregularidades

A análise do Pregão Presencial 5/2016 que identificou as irregularidades foi feita pela Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana (SeinfraUrbana). Na época, uma auditoria na época detectou irregularidades no contrato, como:



- procedimento licitatório sem a deliberação do Conselho de Administração,
- alteração da modalidade de pregão eletrônico para pregão presencial sem justificativa nos processos,
- análise jurídica da formalidade da licitação fora dos padrões estabelecidos pela Advocacia-Geral da União e
- termo de Referência sem identificação e assinatura do responsável técnico.

Leia a íntegra da decisão aqui: Acórdão 560/2021 – Plenário

Confira a nota da SPA na íntegra

Desde que assumiu, em março de 2019, a atual gestão da Santos Port Authority (SPA) vem implementando ações pautadas em transparência e nas melhores práticas de gestão e governança, inclusive contribuindo com órgãos de investigação e fiscalização, além de ter adotado medidas como o rompimento de contratos com suspeita de irregularidades e a obrigatoriedade de que novas contratações tenham cláusula anticorrupção.

Com relação ao contrato objeto da presente decisão de Tomada de Contas Especial (TCE) pelo Tribunal de Contas da União (TCU), a SPA elaborou relatório específico sobre o contrato com a empresa MC3 Tecnologia e Logística Ltda., o qual foi analisado pela Controladoria Geral da União (CGU), quando da avaliação da gestão da companhia no exercício de 2016.

Nessa linha, e em conformidade com determinação da CGU, foi instaurado em 18/12/2020 Processo Administrativo de Responsabilização em face da MC3, para a apuração dos supostos atos lesivos praticados, nos termos da Lei 12.846/2013.

Cumprir destacar que nenhum dos colaboradores mencionados no Acórdão atualmente integra os quadros da SPA e que o contrato objeto da decisão foi rompido diante dos indícios de irregularidades.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 09/04/2021



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

MERCO SHIPPING DISPONIBILIZA O INFORMS TAMBÉM ATRAVÉS DE RSS

Agora ficou mais fácil acompanhar as notícias publicadas no InforMS. A publicação enviada diariamente está agora disponível em tempo real no formato RSS.

Para utilizar os recursos de “feeds” é necessário ter um software agregador de notícias instalado em seu computador. Basta inserir o link do arquivo XML do InforMS <http://www.mercoshipping.com.br/feed.xml> no seu agregador para receber as notícias.

Para obter maiores informações consulte as instruções constante no site da Merco Shipping (www.mercoshipping.com.br).

Fonte : InforMS

Data : 20/04/2006